

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 022/2022
Data: 18/02/2022



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
INICIATIVA FINANCIA EM ATÉ R\$ 2 MILHÕES DIVERSOS PROJETOS NA BAIXADA SANTISTA	4
DE DUAS, UMA? NÃO, AS DUAS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ APROVA REVISÃO DE TARIFAS DOS PORTOS DE FORTALEZA E ITAJAÍ	6
ANTAQ APROVA REGISTRO DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO RIO AMAZONAS	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA COM O BRASIL	7
RECEITA FEDERAL DISCIPLINA AUDITORIA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE ADUANEIRO ESTABELECIDOS PARA OS RECINTOS ALFANDEGADOS E PARA BENEFICIÁRIOS DE REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS	9
LOCALFRIO BATE RECORDE DE IMPORTAÇÕES NO TERMINAL ALFANDEGADO DE SUAPE	9
USUPEL DEBATE COM ANTAQ IMPACTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS PORTOS BAIANOS	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	11
PRO TRILHOS CHEGA A R\$ 133,24 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PROJETADOS E 27 CONTRATOS ASSINADOS	11
ESTADO COM MAIOR MALHA VIÁRIA DO BRASIL, MINAS GERAIS ADERE À META DE REDUZIR EM 50% MORTES NO TRÂNSITO	13
GOV – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	13
PAULO GUEDES REFORÇA COMPROMISSO DO BRASIL COM SAÚDE E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM REUNIÃO DO G20.....	13
COFIEIX APROVA US\$ 749,24 MILHÕES EM FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS	15
RECEITA PRORROGA PRAZOS DE TRIBUTOS FEDERAIS PARA CONTRIBUÍNTES DE PETRÓPOLIS	15
ISTOÉ - DINHEIRO	16
RELATOR MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO EM NOVO PARECER SOBRE PL DE COMBUSTÍVEIS	16
ANTT MARCA PARA 20 DE MAIO LEILÃO DA BR-116/RJ/MG E DA BR-465/493/RJ	16
‘O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO COMEÇOU ERRADO’, AFIRMA MINISTRO VITAL DO RÊGO	17
NAVAL PORTO ESTALEIRO	17
PROJETO DE PORTOS NO TRAJETO PARAGUAI-PARANÁ TRARÁ DANOS AO MEIO AMBIENTE.....	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	19
RELATOR MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO EM PROJETO DO FUNDO PARA COMBUSTÍVEIS	19
JORNAL O GLOBO – RJ	22
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PROMETE REESTRUTURAR LEILÃO DA 'RODOVIA DA MORTE', CANCELADO POR FALTA DE INTERESSADOS	22
NAVIO DE CARGA EM CHAMAS DEIXA À DERIVA QUASE QUATRO MIL VEÍCULOS, INCLUINDO DAS MARCAS AUDI E PORSCHE	23
SOB PRESSÃO, ESTADOS DIZEM QUE CONGELAMENTO DO ICMS JÁ REDUZIU ARRECADAÇÃO EM R\$ 3,4 BI	24
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	25
ESPECIALISTAS CONCORDAM COM DECISÃO DO TCU SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	25
COMBUSTÍVEIS: RELATOR DE PROJETO NO SENADO MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO PARA EQUILIBRAR PREÇOS.....	26
ESTADOS DEIXARAM DE ARRECADAR R\$ 3,4 BI COM REDUÇÃO DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS.....	27
REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA SERIA UM RETROCESSO, DIZ PRESIDENTE DA FIESP	28
LEILÕES DE SANEAMENTO CHEGAM AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E PODEM MOVIMENTAR R\$ 22 BI EM INVESTIMENTOS	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	31
FERTIPAR COMPRA TERMINAL NO PORTO DE PARANAGUÁ	31
MINÉRIO DE FERRO SOBE 0,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, A US\$ 130,94 A TONELADA.....	31
TRANSPORTE DE CARGAS DO AGRO AVANÇA NAS RODOVIAS	32
TRADINGSTÊM REVÉS NA JUSTIÇA DO PARÁ SOBRE ICMS	33
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO NOS CONTRATOS DE PARTILHA CRESCE 35% EM 2021	34
DIÁRIO DO SUDESTE - PR	35
LÍDERES FINANCEIROS DO G20 PEDEM CUIDADO PARA RETIRADA DE SUPORTES DA PANDEMIA	35
PETROBRAS APROVA DOAÇÃO DE R\$ 1 MILHÃO A ATINGIDOS POR ENCHENTES EM PETRÓPOLIS	36



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 022/2022
Página 3 de 43
Data: 18/02/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	36
DESCUMPRIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM AFETA TERMINAIS, DIZ SPA	36
ANTAQ APROVA REVISÃO DE TARIFAS DOS PORTOS DE FORTALEZA E ITAJAÍ	38
ANTAQ APROVA REGISTRO DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO RIO AMAZONAS	39
PORTONAVE E EMBAIXADA ARGENTINA FIRMAM ACORDO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS	39
TRF-3 SUSPENDE MULTA DIÁRIA DE R\$ 100 MIL FIXADA À DTA	40
LOCAÇÃO DO INHAÚMA PODE ATRAIR INTERESSADOS EM ATIVIDADES DE DESMANTELAMENTO	42
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	43
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	43



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

INICIATIVA FINANCIA EM ATÉ R\$ 2 MILHÕES DIVERSOS PROJETOS NA BAIXADA SANTISTA

A iniciativa é da Áurea Innovation Finance, uma holding de investimentos e de desenvolvimento da inovação

Por: **Fernanda Balbino**



Projetos voltados aos setores portuário, da indústria e de logística devem ser inscritos até 15 de março Foto: Arquivo/Carlos Nogueira/AT

Até o dia 15 de março, projetos voltados aos setores portuário, da indústria e de logística poderão se inscrever para receber apoio financeiro e estratégico para criar soluções tecnológicas de inovação. Até R\$ 2 milhões serão disponibilizados para as iniciativas da região.

Trata-se do Complexo de Inovação Porto-Indústria (Coinpi), lançado nesta semana. A iniciativa é da Áurea Innovation Finance, uma holding de investimentos e de desenvolvimento da inovação. O projeto é desenvolvido em parceria com o Ciesp-Santos e conta com o apoio da Prefeitura.

Segundo o presidente do conselho e estrategista-chefe da Áurea Innovation Finance, José Thomaz Neto, em cerca de 50 dias, uma banca irá avaliar todos os projetos inscritos. Ela será composta por membros da startup e técnicos da Santos Port Authority (SPA), que farão a seleção de quantas e quais iniciativas serão beneficiadas.

A previsão é de que entre 10 a 20 recebam aportes em dinheiro. Já outros, de 20 a 30, receberão outro tipo de apoio. Isto inclui mentorias, consultoria em Tecnologia da Informação (TI), marketing e advocacia.

“Percebemos um movimento estratégico no Porto, que deve receber investimentos. O conceito de porto-indústria gera competitividade e eficiência. O Ciesp é um grande parceiro e existe outra janela de oportunidade. O tema inovação está cada vez mais em alta e Santos tem plena condição geográfica, pelo momento do mercado imobiliário e interesse da Prefeitura no Centro, em virar um Porto Digital”, afirmou Thomaz.

O executivo se refere ao projeto implantado em Recife (PE), que visa se tornar o maior ambiente de inovação do País. Lá, sete bairros já foram contemplados com investimentos, assim como 700 empresas de tecnologia.

“O Coinpi é um distrito de inovação. Estamos chamando startups do Brasil inteiro tanto para apoiar como para investir, para que a gente possa desenvolver alguns hubs de inovação para o Porto, as indústrias e outros segmentos, para fomentar o empreendedorismo e inovação como um todo”, afirmou o executivo da Áurea.

Para o assessor-técnico da Secretaria de Assuntos Portuários e Projetos Especiais de Santos, Adilson Luiz Gonçalves, a proposta vai ao encontro do objetivo da Cidade: atrair atividades

econômicas de alto valor agregado, tecnologia e que incentivem a capacitação de mão de obra qualificada. “Todas as iniciativas que vêm com essa proposta de trazer novas atividades econômicas, que envolvam universidades, escolas técnicas e desenvolvimento de tecnologias, são de interesse do Município”.

Como participar.... Empreendedores interessados em participar do programa podem se inscrever pelo e-mail diretoria@ciespsantos.com.br ou entrar em contato pelo telefone (13) 3219-9484.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/02/2022

DE DUAS, UMA? NÃO, AS DUAS

Discussão sobre a construção de um túnel ou uma ponte ligando Santos e Guarujá retorna ao debate regional

Por: Kenny Mendes



Para que tudo possa ser viabilizado é necessário haver vontade e esforço governamental Foto: Divulgação/Santos Port Authority

Está virando uma espécie de Fla-Flu, só que em solo paulista. A discussão sobre a construção de um túnel submerso ou uma ponte ligando Santos e Guarujá retorna ao debate regional, com mais força por estarmos em um ano eleitoral. Neste caso, eu não tenho dúvidas: torceria para os dois times.

Explico. Não há nada que impeça a implantação dos dois equipamentos. Pelo contrário – operando juntos, ambos seriam complementares e tornariam a mobilidade urbana na Baixada Santista, enquanto região metropolitana, muito mais eficiente.

Um (ponte) desafogaria a movimentação de caminhões que chega ao porto, a partir da Alemoa (Santos), enquanto o outro (túnel) se tornaria uma opção rápida e moderna para o trânsito de veículos leves, a partir da Avenida Perimetral, em Santos, enquanto opção para a balsa.

O Governo Federal garante que a execução do túnel é possível com recursos da iniciativa privada, com a inclusão do projeto na privatização do Porto. Já o Governo do Estado afirma que a proposta do túnel já está praticamente viabilizada por meio de parceria com a Ecovias, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). Se o problema não é mais de onde virá dinheiro, por que não apostar nas duas ideias?

É claro, estamos nos referindo ao mundo ideal. Para que tudo possa ser viabilizado é necessário haver vontade e esforço governamental, acima de eventuais rivalidades políticas. O primeiro projeto sobre a ligação seca entre Santos-Guarujá surgiu em 1927 – esperamos não ter de completar um século discutindo algo que, com o tempo, ganhou fama de lenda urbana.

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/02/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA REVISÃO DE TARIFAS DOS PORTOS DE FORTALEZA E ITAJAÍ

Receitas tarifárias autorizadas para os dois portos somam R\$ 190 milhões

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ aprovou as revisões das tarifas dos portos organizados de Fortaleza (CE) e Itajaí (SC), dentro do novo modelo de padronização tarifária estabelecido pela Agência pela Resolução ANTAQ nº 61, de 2021. A homologação dos novos valores será efetivada após manifestação do Poder Concedente e do Ministério da Economia, vencido o período legal de 15 dias úteis após a publicação da decisão da ANTAQ.

Porto de Fortaleza

Para o Porto de Fortaleza, foi autorizada uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R\$ 84.095.927,86 para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 35% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 30,69%.

Foram autorizados ainda investimentos de R\$ 11,6 milhões da Companhia Docas do Ceará- CDC, destinados à expansão e modernização da infraestrutura comum do porto organizado.

Porto de Itajaí

Já para o Porto de Itajaí, a Agência autorizou uma Receita Tarifária Anual projetada de R\$ 105,2 milhões para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo ao Índice de Reajuste Médio de 23,43% e um Efeito Médio Tarifário de 28,38%.

Em razão dos procedimentos de desestatização para concessão do porto, em curso, não há previsão de investimentos para o Porto de Itajaí.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 18/02/2022

ANTAQ APROVA REGISTRO DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO RIO AMAZONAS

Também foram autorizadas três empresas a operarem como EBNs, sendo duas no Pará e uma no Rio Grande do Norte



Empresa de Natal prestará serviço na cabotagem

A ANTAQ aprovou o pedido de registro da Prefeitura de Santarém (PA) para instalação de apoio ao transporte aquaviário de pequeno porte, localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, na comunidade de Santana do Taparú, no município paraense, destinado ao embarque e desembarque de cargas e passageiro.



Também foi concedida a autorização para empresa Mac Laren Oil Logística Portuária e Estaleiros Eireli movimentar, em caráter especial, granéis líquidos (especificamente diesel marítimo) em seu Terminal de Uso Privado (TUP), localizado em Niterói (RJ), pelo prazo máximo de 180 dias.

A permissão visa atender a demanda de movimentações de granéis líquidos por meio de transbordo de bunker (caminhão para barcaça). A carga será recebida por meio rodoviário e transferida às balsas atracadas no terminal.

EBNs

A empresa Mega Logística Transporte por Navegação Ltda., localizada em Belém (PA), também recebeu autorização da Agência para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte na navegação de apoio portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP.

Já a empresa Anna Karoline Transporte de Cargas e Passageiros Eireli, em Santarém (PA), recebeu o aval para operar, por prazo indeterminado, como EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Santarém e Manaus (AM).

A 3D Transportes e Navegação de Apoio Marítimo Ltda, de Natal (RN), foi outra empresa liberada para operar como EBN na prestação de serviços de transporte na navegação de cabotagem, operando exclusivamente com porte bruto inferior a 5.000 TPB.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 18/02/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA COM O BRASIL

Informação: Portal BE News (18 de fevereiro de 2022)



O Porto completou seu aniversário no dia 2 deste mês. Foi nessa data, em 1892, quando houve a inauguração seu primeiro trecho de cais, com 260 metros e localizado onde hoje estão os armazéns do Valongo – Foto: Portal BE News



Quem passa hoje pelo Porto de Santos e observa os enormes e modernos equipamentos em atividade, nem imagine que a movimentação de cargas na região teve início há mais de 500 anos, no início do século XVI.

Nessa época colonial, em que o Brasil ainda era um território de Portugal, caravelas passavam pela região e aproveitavam as condições do estuário – que oferece uma proteção natural contra ventos e correntes marítimas – para o desembarque e o embarque de mantimentos e algumas cargas.

Com o desenvolvimento do Brasil e de sua economia, o Porto também evoluiu. Durante os séculos seguintes, até o final do XIX, o complexo contava com estruturas rudimentares, os trapiches, carregando e descarregando mercadorias por pontes e pranchas que ligavam a margem do estuário aos navios.

O grande salto estrutural ocorreu na última década do Século XIX. Pressionado por exportadores de café, que cobravam uma melhor infraestrutura para a agilização de seus embarques, o então Governo do Império decidiu conceder a exploração do Porto a investidores privados. O plano acabou sendo efetivado após a Proclamação da República, com a concessão oficializada e os gestores do complexo fundando, em 1890, a Companhia Docas de Santos (CDS).

Foi a CDS, detentora da concessão do Porto, que construiu e inaugurou em 1892 os primeiros 260 metros de cais.

Acessos e relação Porto-Cidade

A história do Porto de Santos mostra que há muito o que ser comemorado nestes 130 anos. Mas também há muito o que fazer.

O atual presidente da SPA, Fernando Biral, diz que “estar à frente da Autoridade Portuária quando o Porto comemora seus 130 anos é motivo de celebração especialmente porque 2022 é o ano em que completaremos, com o leilão da desestatização, o processo de reestruturação iniciado em 2019”.

Afirma ainda que entregará ao concessionário privado uma “SPA saneada, saudável, com grande potencial de crescimento e pronta para os desafios dos próximos anos do Porto de Santos”.

Para Mauro Sammarco, presidente da Associação Comercial de Santos, “os santistas celebram o seu maior patrimônio”. Ele lembra que o complexo é a porta de entrada das riquezas do País e por onde chegam os insumos necessários ao crescimento de negócios que geram emprego e renda.

Para o futuro, Sammarco acredita que é preciso “um melhor alinhamento” entre os poderes que atuam no Porto e um olhar mais dedicado à relação porto-cidade.

Ricardo Molitzas, diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), diz que a comemoração é pelo desenvolvimento das atividades portuárias, tão necessárias para o crescimento econômico da região, do País e ao comércio exterior.

Sobre os desafios que o complexo ainda tem pela frente, Molitzas analisa que o volume de cargas tem crescido e os arrendatários têm investido em capacidade e eficiência nos terminais, mas a infraestrutura relacionada aos acessos ferroviários, rodoviários e aquaviários ainda é deficitária e precisa de maior atenção.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/02/2022

RECEITA FEDERAL DISCIPLINA AUDITORIA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE ADUANEIRO ESTABELECIDOS PARA OS RECINTOS ALFANDEGADOS E PARA BENEFICIÁRIOS DE REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS

Informação: Receita Federal (18 de fevereiro de 2022)



Matéria foi disciplinada pela Instrução Normativa 2.064, de 17 de fevereiro 2022

A Receita Federal informa a publicação no Diário oficial da União de hoje (18) da Instrução Normativa 2.064, de 17 de fevereiro 2022, que trata da auditoria dos sistemas informatizados de controle aduaneiro estabelecidos aos beneficiários de regimes aduaneiros especiais.

A Instrução Normativa foi elaborada com base na necessidade de consolidação e atualização das normas infralegais aplicáveis ao alfandeamento de local ou recinto, atualmente disciplinadas em normas esparsas e em face da edição de nova norma acerca do alfandeamento em substituição à Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

A nova portaria de alfandeamento passa a exigir o envio, diretamente à base de dados da RFB, de informações relativas ao acesso e movimentação de pessoas, veículos e cargas, inclusive vídeos e imagens, de modo a proporcionar maior segurança aos locais de armazenamento e facilitar o controle por parte das equipes aduaneiras que atuam na gestão de riscos e na vigilância e repressão, dispensando assim as auditorias desses sistemas próprios dos locais e recintos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/02/2022

LOCALFRIO BATE RECORDE DE IMPORTAÇÕES NO TERMINAL ALFANDEGADO DE SUAPE

Informação: JC UOL (18 de fevereiro de 2022)



Suape é uma das unidades da Localfrio no Brasil – Foto: Divulgação

A Localfrio, uma das maiores empresas de logística integrada do país, registrou recorde de importações em seu terminal alfandegado de Suape (PE). A companhia movimentou 1703 contêineres em janeiro deste ano, atingindo o maior volume de cargas na história da unidade. Módulos de painéis solares, pneus, borrachas sintéticas, motocicletas,

bebidas alcoólicas e tecidos responderam pela maior parte das mercadorias importadas no período.

“Atingimos a maior marca na série histórica, um feito a ser comemorado. É um indicador de alta relevância para nossas operações, pois mostra que estamos conquistando metas importantes por meio de parceiros e clientes estratégicos que têm percebido como nossa operação logística pode trazer ganhos significativos em suas estratégias de negócios, seja por meio da postergação da nacionalização de cargas, regimes aduaneiros especiais, armazenamento prolongado, entre outros benefícios”, explica o CEO da Localfrio, Rodrigo Casado.



Os 1.703 contêineres movimentados em janeiro representaram alta de 59,2% se comparado ao mesmo mês de 2021, quando o volume chegou a 1070 unidades. Com essa alta, o market share da Localfrio no porto de Suape cresceu em torno de 50% no mesmo período analisado.

A Localfrio já havia encerrado o ano com uma elevada quantidade de contêineres armazenados em Suape, contabilizando 1580 unidades em dezembro e 14890 no acumulado de 2021. A marca verificada em janeiro ajudou a reforçar o crescimento da companhia na região tanto em volume (8%) como em participação no porto (2,6 p.p) em comparação a dezembro de 2021.

Parte do crescimento da Localfrio no porto de Suape se deve à estratégia de importadores em retardar a nacionalização de cargas para postergar o pagamento de impostos e outras taxas. “Frear a internalização das mercadorias contribui para ajustar o caixa e reduzir custos tributários, aumentando a procura por terminais retroportuários alfandegados”, diz Piero Grassi Simione, diretor comercial da Localfrio.

Outros fatores também têm impulsionado a busca por espaço nos terminais retroportuários da Localfrio. Os regimes aduaneiros especiais, como o de entreposto, é um dos diferenciais buscados neste momento. Com ele, os importadores conseguem fazer o desembarço de suas cargas de forma fracionada, o que permite melhor planejamento do fluxo de internalização das mercadorias de acordo com a demanda. Além disso, o regime especial permite manter as mercadorias por até dois anos armazenadas com total suspensão de tributos, com possibilidade de reexportação para outros países.

Mais um fator que tem estimulado a busca de armazenagem nos terminais da Localfrio é o aumento da incidência de demurrage (taxa cobrada pelos armadores pelo atraso na devolução de contêineres). Este item pode impactar fortemente os custos de importação. A capacidade de armazenagem e a agilidade da Localfrio nas operações têm ajudado a aliviar esta pressão de custos para os clientes.

“O impacto do demurrage varia em função do porte dos clientes, produtos e tipos de contêineres utilizados, podendo variar de US\$ 60 a US\$ 300 por dia. É mais compensador transferir a carga para um armazém alfandegado e liberar os contêineres o mais rápido possível”, diz Simione. “Os terminais portuários são pontos de passagem das mercadorias e por isso a estrutura oferecida não atende às necessidades dos importadores em suas demandas por serviços personalizados e prazos mais longos de armazenagem. Já os terminais retroportuários alfandegados possuem mais infraestrutura para armazenagem e oferecem ainda uma gama de serviços adicionais que os terminais portuários não oferecem”, completa.

A Localfrio é a única empresa do setor com terminais alfandegados localizados nos principais hubs marítimos de comércio exterior no país (Santos, Suape e Itajaí). A companhia se destaca ainda por ser dona do único terminal alfandegado frigorificado do Porto de Santos. A companhia é um dos maiores operadores logísticos de produtos químicos do País e, no Porto de Suape, detém a liderança de cargas de projeto para grandes parques eólicos do Norte e Nordeste.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/02/2022

USUPPORT DEBATE COM ANTAQ IMPACTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS PORTOS BAIANOS

Informação: USUPPORT (18 de fevereiro de 2022)

O diretor executivo da Usupport, Paulo Villa, participou de uma reunião com técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para debater o conteúdo do estudo de Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros, publicado pela empresa Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), em parceria com a Agência em questão e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).



Foto: USUPPORT / Divulgação

O estudo aponta supostos riscos de tempestades, vendavais e aumento do nível do mar nos portos de Aratu e Salvador, fato que chamou a atenção da Usupport. Durante o encontro, os técnicos da Antaq detalharam os pontos questionados e argumentaram que o material divulgado trata-se inicialmente de um Sumário Executivo; o estudo completo ainda será veiculado.

“Nos causou estranheza porque os portos de Salvador e Aratu estão abrigados na Baía de

Todos os Santos, um sítio reconhecidamente de águas tranquilas e clima propício à atividade portuária. O porto de Salvador ainda possui a atuação de dois quebra-mares, o que reforça ainda mais a segurança de suas operações. Esperamos que estes critérios sejam considerados na próxima etapa dos estudos”, argumenta Villa.

Ainda na mesma reunião, a Usupport foi convidada pela Antaq a participar da segunda etapa da elaboração da publicação. A convite da Associação, o diretor-presidente da Companhia Baiana de Pesquisas Minerais – CBPM, Antonio Carlos Tramm, também colaborou na reunião.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/02/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

PRO TRILHOS CHEGA A R\$ 133,24 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PROJETADOS E 27 CONTRATOS ASSINADOS

Governo Federal formalizou mais cinco adesões com 15 entes privados, que custearão 100% dos empreendimentos com recursos próprios. Quando implantadas, estradas de ferro vão agregar quase 10 mil quilômetros de novos trilhos à malha ferroviária do país



Novas ferrovias devem agregar 9.922,5 quilômetros de trilhos à malha ferroviária - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Subiu para 27 o total de contratos assinados entre o Governo Federal e setor privado para a implantação de novas estradas de ferro no país pelo regime de autorização, previsto no Marco Legal das Ferrovias. A projeção de recursos privados a serem alocados na implantação dos empreendimentos soma R\$ 133,24 bilhões.

Quando prontas, as novas ferrovias devem agregar 9.922,5 quilômetros de novos trilhos à malha ferroviária. Os empreendimentos cruzam 15 unidades da Federação, tendo por origem e destino Pará, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Estreantes

Os contratos assinados agregam novos operadores à logística ferroviária de transportes a partir da autorização federal. Doze das 15 autoras dos projetos autorizados são estreantes no setor: tratam-se de empresas originalmente vinculadas a terminais de uso privados (TUPs) em portos brasileiros ou aos próprios originadores de carga. As exceções são Ferroeste, Rumo e VLI, empresas veteranas no transporte ferroviário, como concessionárias de estradas de ferro já implantadas.

As solicitações de novos segmentos por autorização integram o programa federal Pro Trilhos. Elas atendem a demandas históricas do transporte ferroviário quanto à provisão de novas rotas e inclusão de mais operadores na oferta de trilhos para escoamento de cargas minerais, agrícolas e por contêineres pelo país.



Trâmite

Desde setembro, o Pro Trilhos recebeu 79 requerimentos para construção e operação de ferrovias privadas pelo regime de autorização. Eles foram apresentados por 32 diferentes entes privados – 27 deles estreantes no segmento. Somados, os pedidos têm potencial de injetar R\$ 240,82 bilhões em investimentos privados no modal e agregar 20,7 mil quilômetros em novos trilhos à rede ferroviária nacional, cruzando 17 estados e o Distrito Federal.

Embora a outorga por autorização prevista no Marco Legal das Ferrovias seja um procedimento mais célere e com menos burocracia do que o modelo tradicional de concessão, todos os projetos autorizados passaram por um trâmite criterioso. Após conferência prévia dos requerimentos pela equipe da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT), técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) verificaram a convergência dos projetos com a malha ferroviária implantada. Por fim, novamente na SNTT, foi checada a conformidade de cada empreendimento com as políticas públicas do setor e nacional de transportes.

Agora, os empreendedores que já contam com a permissão do governo devem providenciar os devidos licenciamentos junto às autoridades competentes, desenvolver os projetos de engenharias das ferrovias propostas, obter financiamento para a efetiva implantação do projeto e avaliar os riscos do negócio, entre outras tratativas assumidas pelos agora autorizados a partir da assinatura dos contratos com a União.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 18/02/2022

ESTADO COM MAIOR MALHA VIÁRIA DO BRASIL, MINAS GERAIS ADERE À META DE REDUZIR EM 50% MORTES NO TRÂNSITO

Ações propostas são transversais e envolvem desde prevenção, educação e infraestrutura até socorro às vítimas



Minas Gerais é a nona unidade da Federação a aderir ao Pnatrans - Crédito: Divulgação/PCMG

Com o objetivo de promover um trânsito mais seguro na maior malha viária do Brasil, o estado de Minas Gerais assinou, nesta quinta-feira (17), o termo de implantação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans). Elaborada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, a iniciativa traz 160 ações prioritárias que estimulem a redução pela metade do número de mortes e lesões até

2028.

Assinaram o documento o secretário nacional de Trânsito, Frederico Carneiro; o diretor do departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), delegado-geral Eurico da Cunha Neto, e o delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva. A assinatura sela o compromisso dos gestores em empenharem-se para a execução de ações que visem mais segurança e menos mortes e lesões no trânsito. O evento também contou com representantes de órgãos de trânsito, segurança e mobilidade urbana federais, estaduais e municipais.

Segundo Carneiro, o Pnatrans estimula a soma de esforços das esferas governamentais e sociais para implementar políticas públicas eficazes na prevenção de acidentes. “O plano traz um olhar integral com essas ações voltadas para o trânsito, além de reunir todos os órgãos e instituições para atuar conjuntamente para que tenha êxito nesse compromisso em salvar vidas”, ressaltou.

Até o momento, além do estado de Minas Gerais, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina já aderiram à iniciativa.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 18/02/2022

PAULO GUEDES REFORÇA COMPROMISSO DO BRASIL COM SAÚDE E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM REUNIÃO DO G20

Ministro brasileiro falou sobre vacinação, criação de empregos, recuperação fiscal, reformas estruturantes e cuidados com meio ambiente, em mensagem a ministros de Finanças e governadores de Bancos Centrais

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou nesta quinta-feira (17/2) o compromisso do Brasil com a proteção da saúde e a recuperação econômica, na primeira reunião de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20 em 2022, sob a presidência da Indonésia. O encontro começou nesta quinta e termina na sexta (18/2), com reuniões em Jacarta, capital da Indonésia, e participações por videoconferência. Em mensagem por vídeo, durante a sessão

sobre Economia Global e Saúde, Guedes apontou os desafios da economia global, destacando iniciativas e resultados da política econômica brasileira.



Assista à participação do ministro na conferência do G20:
<https://youtu.be/ZvmpEZOtoUQ>

Ele apresentou dados sobre “o alto índice da população plenamente vacinada” no Brasil e ressaltou a eficácia dos programas de preservação de empregos, que contribuíram para a criação líquida de 3 milhões de vagas formais em 2021 e ajudam a explicar a trajetória de queda da taxa de desemprego no País. Segundo o

ministro, a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ocorreu em ritmo acelerado, o que coloca o País ao lado de apenas mais oito economias do G20 que recuperaram o mesmo nível de antes da pandemia da Covid-19.

Guedes reafirmou, também, o foco do Ministério da Economia na “recuperação do quadro fiscal favorável” e nas reformas estruturais, “que transformam o Brasil em economia de mercado aberta, sustentável e inclusiva de consumo massivo”. Com relação aos indicadores fiscais, comentou que o déficit primário passou de 10% do PIB, em 2020, a 0,4% no final de 2021.

Recuperação rápida

Na avaliação do ministro, os resultados fiscais superaram em muito estimativas pessimistas de uma dívida pública bruta de 100% do PIB, ao fechar o ano de 2020 em 88,6% do PIB e o ano de 2021 em 80% do PIB. Da mesma forma, lembrou ele, as despesas públicas passaram de 26% do PIB, em 2020, durante o combate à Covid-19, para 18,6% do PIB em 2021. “A economia do Brasil caiu menos do que o esperado pelos críticos, recuperou-se mais rapidamente e preservou os fundamentos de política macroeconômica responsável”, afirmou.

Paulo Guedes explicou aos ministros de Finanças e governadores de Bancos Centrais do G20 que isso foi possível porque o governo brasileiro aprovou importantes medidas estruturais – como a independência do Banco Central –, promoveu a digitalização dos serviços públicos federais e reduziu tarifas de importação. Além disso, conseguiu a aprovação da Lei de Falências, o marco legal das Startups e a redução de regulamentos desnecessários.

Atração de investimentos

O ministro acrescentou a aprovação de marcos regulatórios nos setores de óleo e gás, de saneamento, de ferrovias e de rede 5G entre as medidas que impulsionaram a recuperação da economia brasileira. Ele relatou que essas medidas atraíram a participação de investimentos privados estimados em US\$ 150 bilhões para os próximos 10 a 12 anos, além de outros US\$ 40 bilhões em outorgas.

Com relação ao meio ambiente, o ministro da Economia reafirmou o compromisso do Brasil com as resoluções adotadas no Acordo de Paris e na COP26. Paulo Guedes lembrou que o Brasil conta com o Programa de Crescimento Verde para implementar essas agendas.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF
Data: 18/02/2022



COFIEIX APROVA US\$ 749,24 MILHÕES EM FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Operações vão beneficiar o estado de Goiás e os municípios do Rio de Janeiro e Recife, com projetos de ajuste fiscal, recuperação econômica e melhoria do investimento público

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofieix) do Ministério da Economia aprovou nessa quinta-feira (17/2), em sua 159ª reunião, o valor total de US\$ 749,24 milhões para três projetos financiados com recursos externos de bancos multilaterais de desenvolvimento. As operações de crédito vão beneficiar um estado e dois municípios no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), conforme previsto, respectivamente, na Lei Complementar nº 178/2021 e na Lei Complementar nº 159/2017.

O Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Goiás terá financiamento de US\$ 510 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). A operação será feita no âmbito do RRF, para promover um ajuste fiscal estrutural, com efeitos de curto e longo prazos no estado.

O segundo financiamento aprovado atende ao Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do município do Rio de Janeiro. Também com recursos do Bird, o financiamento de US\$ 135 milhões será utilizado em ações que promovam o equilíbrio fiscal e a recuperação econômica do município.

Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiará o Programa para a Promoção da Sustentabilidade Fiscal e Melhoria da Efetividade do Gasto Público do Município de Recife, com o valor de US\$ 239,24 milhões. Este programa busca o fortalecimento do equilíbrio fiscal e a melhoria da efetividade do investimento público, visando a garantir a sustentabilidade fiscal e possibilitar a realização de novos investimentos no município.

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF

Data: 18/02/2022

RECEITA PRORROGA PRAZOS DE TRIBUTOS FEDERAIS PARA CONTRIBUINTES DE PETRÓPOLIS

A medida se deve às chuvas intensas que atingiram o município, e a decorrente decretação de calamidade pública; prazo de atos processuais também foi prorrogado

A Secretaria da Receita Federal prorrogou até 31 de maio de 2022 as datas de vencimento dos tributos federais com vencimento original em fevereiro e março deste ano, incluindo os débitos parcelados, e suspendeu o prazo de atos processuais, até a mesma data, para contribuintes de Petrópolis (RJ). As medidas se devem à situação de calamidade pública decretada pelo governo do estado, em função das chuvas intensas que atingiram o município.

Adicionalmente, os prazos para cumprimento de obrigações acessórias (declarações) relativas aos tributos administrados pela Receita Federal foram prorrogados para o último dia útil do terceiro mês subsequente ao dos meses em que eram exigíveis, em relação aos meses de fevereiro e março de 2022.

Acesse a Portaria nº 144, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de hoje (18/2) → <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-rfb-n-144-de-17-de-fevereiro-de-2022-381116396>

Fonte: GOV – Ministério da Economia - DF

Data: 18/02/2022



ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

RELATOR MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO EM NOVO PARECER SOBRE PL DE COMBUSTÍVEIS

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou um novo parecer do projeto de lei (PL) que cria uma conta de estabilização para o preço dos combustíveis no País, uma das propostas que devem ser votadas pelo Senado na próxima terça-feira, 22. Apesar da reação de líderes partidários, o relator manteve a criação de um imposto sobre exportação de petróleo bruto no texto.

O projeto propõe o tributo como uma das fontes de arrecadação da conta. O programa cria uma espécie de “colchão” para amenizar as altas nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

De acordo com a proposta, o imposto dependerá de regulamentação do Executivo, com alíquotas que variam de 0% para o barril a US\$ 45 e de 12,5% a 20% para o produto acima de US\$ 100. A cotação se aproximou desse nível nos últimos dias no mercado internacional.

Por outro lado, o relator retirou o uso da valorização patrimonial das reservas cambiais como fonte da conta de estabilização. O conteúdo do projeto ainda poderá ser alterado no plenário.

Além desse texto, o Senado pautou outro projeto, alterando o modelo de cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, e dobrando o alcance do vale-gás a famílias carentes.

O relatório apresentado por Jean Paul mantém a determinação de que os preços dos combustíveis tenham como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, “desde que aplicáveis”. Além disso, estabelece uma série de princípios para a política de preços, como a redução da vulnerabilidade externa e da volatilidade. O parecer inclui ainda “preços acessíveis para famílias de baixa renda” como um princípio na lei.

O relatório mantém os dividendos da Petrobras pagos à União e as receitas do governo federal com a exploração do pré-sal como fontes da conta de estabilização.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 18/02/2022

ANTT MARCA PARA 20 DE MAIO LEILÃO DA BR-116/RJ/MG E DA BR-465/493/RJ

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) marcou para 20 de maio o leilão de concessão da BR-116/RJ/MG e da BR-465/493/RJ. O aviso do leilão está publicado no Diário Oficial da União (DOU). O edital poderá ser obtido a partir desta sexta-feira, 18, no site da agência www.antt.gov.br.

O leilão será realizado na B3, em São Paulo, a partir das 14 horas (de Brasília) do dia 20 de maio.

A entrega das propostas deverá ser feita quatro dias antes – na parte da manhã de 16 de maio.

A concessão compreende a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do ‘Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) – Governador Valadares (MG)’.

A extensão total do lote rodoviário é de 726,9 quilômetros.

Fonte: *IstoÉ - Dinheiro*
Data: 18/02/2022

‘O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO COMEÇOU ERRADO’, AFIRMA MINISTRO VITAL DO RÊGO

Derrotado no plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) durante o julgamento da primeira parte da privatização da Eletrobras, o ministro Vital do Rêgo se diz “frustrado” com o resultado e afirma que não sabe se o órgão conseguirá “remediar esse erro”. “Acho que não”, disse. Leia trechos da entrevista ao Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A principal discussão durante o julgamento da privatização da Eletrobras foi a precificação da potência. Por que o sr. decidiu abordar essa questão?

Temos uma ampla legislação que começa em 2004 e vai para 2021, além de um decreto que regulamentou a existência da possibilidade de vender potência. A própria EPE (Empresa de Pesquisa Energética) encaminhou estudos ao TCU informando qual seria o CME (Custo Marginal de Expansão) após 30 anos. Não pode vender energia sem dizer que está embutido um valor de potência. A minha questão foi simples, e os ministros não explicaram por que o ministério determinou à EPE para não arbitrar a potência.

O governo até agora não avançou com a pauta da privatização, e a Eletrobras é estratégica para a gestão governo. Essa pressão influenciou o julgamento no TCU? O próprio ministro Benjamin Zymler disse no voto que as contas não estavam maduras.

O ministro Zymler teve a dignidade intelectual de dizer que o processo não estava maduro e disse que, se a Eletrobras fosse dele, não seria privatizada. Não imagino que o TCU pudesse ser capturado por razão do calendário político, pois não podemos fazer isso por situação nenhuma. Somos um órgão absolutamente técnico.

O sr. disse no voto que, no futuro, existirá um sentimento de que a ‘Eletrobras foi vendida pela metade do preço e a iniciativa privada está fazendo a festa’. Após o resultado, qual sentimento fica?

Frustração, pois tenho um sentimento de nacionalismo. Nacionalismo sem ser ideológico, nacionalismo de cunho responsável. Fiz questão de não discutir se sou contra ou a favor do processo de desestatização. Como julgador, não posso fazê-lo. Mas como eu posso me permitir, em sã consciência, assinar um acórdão mantendo uma privatização com uma subavaliação de R\$ 63 bilhões? Não me sinto confortável em fazê-lo. Não sei se conseguiremos remediar esse erro, acho que não. O processo começou errado.

Fonte: *IstoÉ - Dinheiro*
Data: 18/02/2022



NAVAL PORTO ESTALEIRO

PROJETO DE PORTOS NO TRAJETO PARAGUAI-PARANÁ TRARÁ DANOS AO MEIO AMBIENTE

Por Ruth Rodrigues



A licença ambiental necessária para o desenvolvimento do projeto de hidrovias no Mato Grosso que criará três portos no trajeto Paraguai-Paraná foi concebida, mas pode trazer impactos ambientais no futuro

O projeto da hidrovia Paraguai-Paraná está avançando no estado do Mato Grosso e, nessa última terça-feira, (15/02), o que se enxerga são diversos impactos ambientais que podem ser desencadeados com a criação dos portos previstos na iniciativa. Com isso,

as entidades ambientais do estado estão se posicionando contra a continuidade do projeto e a favor da suspensão da licença ambiental que já foi concebida para o desenvolvimento do projeto na região.

Mato Grosso conta com projeto de portos da hidrovia Paraguai-Paraná em desenvolvimento e órgãos ambientais apontam riscos para o meio ambiente na região

O projeto da hidrovia Paraguai-Paraná passou a ter avanços estruturais neste ano em Cáceres, no Mato Grosso, mas já havia sido desenvolvido na década de 80. Assim, a iniciativa já conseguiu uma licença ambiental para o início das construções e muito tem se debatido sobre os impactos ambientais que essa hidrovia irá causar na região, alterando o curso das águas e afetando negativamente o meio ambiente do estado.

Assim, o projeto da hidrovia Paraguai-Paraná, que prevê a construção de três portos, dois na região de Cáceres (Barranco Vermelho e Paratudal) e outro em Porto Esperança (Porto Paraíso-Corumbá), vem sendo cada vez mais criticado por entidades ambientalistas de todo o estado. Com isso, a Embrapa Pantanal e o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul alertaram para os impactos ambientais que serão potencializados e destacaram que o projeto irá colocar em risco a Estação Ecológica Taiamã, o Parque Estadual do Guirá (Rio Cuiabá), o Parque Nacional (Parna) do Pantanal Mato-Grossense.

Em consequência desses riscos, um principal movimento popular e do terceiro setor criado para questionar a construção da etapa I dessa hidrovia está ocorrendo neste começo de ano em Cáceres, onde fica a nascente do Rio Paraguai, e também em Cuiabá. Assim, as entidades ambientalistas da região continuam com seus esforços para impedir que o projeto siga adiante e se mantém contrários à construção dos três portos e da hidrovia Paraguai-Paraná no estado do Mato Grosso, buscando defender os direitos ambientais que o local possui.

Carta pública é elaborada para questionar o governo do Mato Grosso em relação ao projeto da hidrovia Paraguai-Paraná no estado

Ainda em razão das fortes manifestações contrárias à construção desses portos no Mato Grosso, que irão afetar o curso das águas na região, foi elaborada uma carta pública com o apoio de de 168 entidades locais, nacionais e internacionais, para questionar o governo de Mato Grosso sobre a autorização que o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema/MT) deu, no dia 26 de janeiro, autorizando a construção da etapa de montagem do Porto Barranco Vermelho. A carta ainda critica o posicionamento do governo e alerta para os impactos ambientais que podem ser gerados com a construção do projeto.

A carta pública afirma que “Nos últimos anos, esses órgãos governamentais abandonaram suas funções precípuas para atuarem favoravelmente às empresas. As organizações ambientalistas Observatório Pantanal e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) manifestaram posicionamentos contrários à navegação no Pantanal, via Rio Paraguai, alertando que a construção da hidrovia causará danos à Estação Ecológica de Taiamã e ao meio ambiente como um todo, inclusive à atividade pesqueira”.

Além disso, a carta alerta para os riscos que serão colocados sobre os os macrohabitats, pois nesta região o pulso de inundação apresenta maiores valores de frequência, duração e amplitude. Agora, o que as entidades ambientalistas do Mato Grosso esperam é um posicionamento do governo e a possível suspensão desse projeto no estado.

Fonte: Naval Porto Estaleiro

Data: 18/02/2022



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

RELATOR MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO EM PROJETO DO FUNDO PARA COMBUSTÍVEIS

No substitutivo proposto foram excluídos campos com economicidade marginais e será possível descontar despesas com a importação de óleo

Por epbr - 18 de fevereiro de 2022 Em Combustíveis, Comece seu Dia, Petróleo e gás

O relator do PL 1472/2021, Jean Paul Prates (PT/RN), manteve a criação do imposto de exportação de petróleo em um novo substitutivo do projeto protocolado nessa quinta (17/2), sobre a criação de um fundo para combustíveis. A diferença está na exclusão de campos com economicidade marginais, de acordo com a regulamentação futura da ANP. Também podem ser descontadas despesas com a importação de óleo.

— O senador defende que a medida é necessária para estimular o refino de óleo no Brasil. O projeto também prevê a criação de uma política de preços que leve em conta os custos nacionais na precificação dos combustíveis, além da cotação internacional.

— A cobrança, porém, é criticada pelo Ministério da Economia, que teme que um novo tributo possa afastar investimentos no país. O imposto sobre exportações desagradou também o Ministério de Minas e Energia e o mercado.

— Nessa quarta (16/2), tanto o PL 1472/2021, do fundo para combustíveis, como o PLP 11/2020, do ICMS, seria votado no plenário do Senado Federal. Contudo, impasses envolvendo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL) e governos dos estados adiaram a votação, a princípio para a próxima terça.

— Lira defende que o PLP 11/2020, aprovado pela Câmara no ano passado, deve ter medidas mais efetivas para a redução dos preços dos combustíveis. Por outro lado, os governadores dizem que as medidas propostas são inconstitucionais.

— No meio do embate, o governo federal trabalha com a redução dos impostos federais sobre o diesel. O relator dos projetos, porém, descartou a inclusão da medida no PLP 11/20.

— Os movimentos no Congresso são para incluir subsídios para os combustíveis ainda este ano, de olho nas eleições. E têm o aval do Planalto.

Cegás adia início de fornecimento da chamada pública para supridores A Companhia de Gás do Ceará (Cegás) adiou em três meses, para até 1º de junho, o início do suprimento da chamada pública lançada pela companhia para a contratação de 600 mil m3/dia em modalidade firme. Inicialmente, o fornecimento estava previsto para começar em 1º de março.



— O adiamento, segundo a companhia, se dá pela “necessidade de prosseguir na busca por novos supridores”. Na sexta passada (11/2), a Cegás informou que recebeu propostas da Galp Energia e da Excelerate Energy na chamada.

Produção de óleo e gás sobe em janeiro, diz ANP A produção média de petróleo e gás natural no país foi de 3,9 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boepd) em janeiro, volume 6,04% superior ao de dezembro e de 4,3% na comparação anual, informou a ANP. A produção de petróleo teve alta de 6,8% sobre dezembro e de 5,5% no ano, com 3,031 milhões de barris por dia (bpd), enquanto a de gás subiu 3,5% entre dezembro e janeiro e 0,4% na comparação anual, com 136,9 milhões de m³/dia.

— O pré-sal correspondeu a 74,81% do total, ou 2,9 milhões de boepd. Em relação ao mês anterior, o volume da região foi 7,49% maior do que em dezembro e 10,75% superior há um ano.

— Quanto à produção da Petrobras no mês passado, também registrou alta de 6% ante dezembro, atingindo 2,8 milhões de boepd. A produção de petróleo avançou 6,8%, para 2,2 milhões de bpd, e a de gás natural subiu 5,2%, para 101,9 milhões de m³/dia. Estadão

Petróleo recua com expectativas sobre Ucrânia e Irã Os preços do petróleo fecharam em queda nessa quinta (17/2) após sessões voláteis esta semana, influenciadas por informações contraditórias sobre a crise na Ucrânia e as discussões sobre um acordo nuclear iraniano.

— O Brent para entrega em abril recuou 1,94% a 92,97 dólares, e o WTI para março recuou 2,02%, a 90,81 dólares. AFP

Isenção de conteúdo local A ANP publicou no Diário Oficial da União (DOU) nessa quinta (17/2) comunicado sobre a resolução que autorizou a isenção do cumprimento de conteúdo local de contratos de fornecimento para afretamento de sonda marítima entre 2008 e 2014

— Isso vai permitir que terceiros interessados possam apresentar recurso administrativo, no prazo de dez dias contados a partir da publicação.

Contratos de partilha batem recorde de produção em 2021 Os contratos de partilha de produção totalizaram produção de 62 milhões de barris de petróleo em 2021, quase quatro vezes mais do que o volume registrado em 2020, informa a PPSA. Foi a mais alta produção da série histórica, iniciada em 2017. A União teve direito à parcela de 3,9 milhões de barris de petróleo no ano, 35% a mais do que em 2020.

— A marca foi atingida por quatro contratos: Libra (Área de Desenvolvimento de Mero), Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Búzios. Mas foi a produção dos volumes excedentes da cessão onerosa de Búzios, a partir de setembro, que puxou o resultado. Em quatro meses, Búzios produziu mais da metade do volume de 2021.

— Houve recorde também na produção de gás natural: 187 milhões de m³ disponibilizados para comercialização pelos contratos de Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Búzios. O volume é 108% superior ao de 2020 (89,7 milhões de m³). A parcela da União foi de 50 milhões de m³, 55% superior à de 2020.

3R Petroleum devolve bloco em Potiguar A 3R Petroleum confirmou a devolução do bloco POT-M-475, na Bacia Potiguar, que operava com 30%. A empresa informou que devolveu a área após “conclusão de que o bloco em questão, adquirido pela administração anterior, não apresenta oportunidades relevantes de geração de valor para 3R e seus acionistas”.

— A companhia ainda disse que a decisão de devolver o POT-M-475 não tem qualquer vínculo ou relação com o processo de aquisição do Polo Potiguar. O negócio foi fechado com a Petrobras em 28 de janeiro, por US\$ 1,38 bilhão.



Eneva vai emitir R\$ 1,5 bi em debêntures O Conselho de Administração da Eneva aprovou, nessa quinta (17/2), a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1,5 bilhão e valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão. O vencimento ocorrerá em 15 meses, em 18 de maio de 2023. Os recursos obtidos serão utilizados para reforço de capital de giro.

BC regulamenta contas em moeda estrangeira para descomissionamento O Banco Central publicou na semana passada a Resolução nº 183, que regulamenta a abertura e a movimentação de contas em moeda estrangeira no país para o descomissionamento de instalações de produção em campos de petróleo e gás.

— Foi o segundo e último ato normativo necessário para permitir a abertura de conta em moeda estrangeira no âmbito das garantias de descomissionamento. Em 31 de janeiro, foi publicada a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.980, que dispõe sobre o tema, mas precisava de regulamentação pelo BC.

Brasil quer comprar fertilizante do Irã A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nessa quinta (17/2), em encontro com empresários iranianos, que o Brasil tem interesse em comprar fertilizantes do país. A fala ocorreu durante visita à Shiraz Petrochemical Company, uma das maiores produtoras de ureia do Irã.

— “Vocês têm a ureia que nós tanto precisamos lá no nosso país para poder produzir e nós podemos mandar para cá produtos que vocês produzem menos, como soja e milho”, disse a ministra no evento, segundo nota da pasta. Estadão

— A compra de fertilizantes também foi tema da viagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) à Rússia, um dos principais fornecedores de nitrogenados ao Brasil. Entretanto, nenhum acordo foi anunciado – em nenhuma área, exceto um protocolo sobre proteção mútua de informações entre os dois países.

Recentemente, a russa Acron firmou acordo com a Petrobras para a compra da fábrica de fertilizantes nitrogenados UFN-III, em Três Lagoas (MS). É outro passo da estratégia da petroleira de sair do segmento de fertilizantes. As unidades na Bahia e em Sergipe foram arrendadas para a Unigel. E a Ansa (PR) foi desativada em 2020.

— O CEO da Unigel, Roberto Noronha Santos, defendeu que o Programa Nacional de Fertilizantes, em desenvolvimento pelo governo federal, deve priorizar a competitividade do gás e da energia elétrica. “São dois pontos cruciais para animar as empresas a investir mais em produção”, disse o executivo à epbr.

— A Unigel investiu cerca de R\$ 510 milhões para reativar as unidades e é hoje a maior produtora nacional de fertilizantes nitrogenados, como uréia e amônia.

Atlas Renewable Energy obtém recursos do BNB para projeto solar A Atlas Renewable Energy garantiu um empréstimo de R\$ 407 milhões do Fundo de Financiamento Constitucional do Nordeste do Brasil para a construção da usina solar Lar do Sol – Casablanca II, em Pirapora (MG). A energia será fornecida à Unipar, que também vai investir no projeto.

— Lar do Sol – Casablanca II terá capacidade instalada de 239MWp, com 460 mil painéis solares. A geração anual será o equivalente ao fornecimento de energia para cerca de 261.662 domicílios. Além disso, a usina evitará aproximadamente 40.500 toneladas de emissões de CO2 por ano.

Distribuidoras querem aumento no socorro financeiro ao setor elétrico Distribuidoras de energia defendem ajustes nos valores usados pela Aneel para calcular o novo empréstimo ao setor elétrico. Levariam a um aumento de cerca de R\$ 1,6 bilhão no valor teto que poderá ser

repassado para custear as medidas adotadas ao longo da crise hídrica que o país enfrentou no ano passado, informa o Estadão.

— Pela proposta da agência, a primeira parcela, para cobrir o rombo na conta da bandeira tarifária em abril, a importação de países vizinhos e o bônus concedido aos consumidores que economizaram energia, deverá totalizar até R\$ 5,6 bilhões, que serão pagos pelos consumidores nos próximos anos, com juros.

— Pelos cálculos da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o déficit na conta das bandeiras ao final de abril será maior que o calculado pela Aneel: R\$ 3,1 bilhões, enquanto a Aneel considerou R\$ 1,5 bilhão.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 18/02/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PROMETE REESTRUTURAR LEILÃO DA 'RODOVIA DA MORTE', CANCELADO POR FALTA DE INTERESSADOS

Segundo a pasta, um novo edital será lançado para que o leilão ocorra até o fim de 2022

Por Eliane Oliveira



Trecho da BR 381 Foto: WASHINGTON ALVES / REUTERS

BRASÍLIA — Um dia depois de suspender o leilão do trecho que liga a BR-381 à 262, entre Minas Gerais e Espírito Santo, por falta de interessados, o Ministério da Infraestrutura (Minfra) informou, nesta sexta-feira, que será publicado um novo edital ainda no primeiro semestre de 2022. Segundo a pasta, a ideia é que a estrada, conhecida como “Rodovia da Morte” pelos elevados índices de acidentes no país, seja licitada até o fim deste ano.

O leilão estava marcado para o dia 25. No entanto, o Minfra recebeu a sinalização de que nenhuma empresa apresentaria proposta. Isto porque, de acordo com o órgão, havia um grau elevado de percepção de risco no projeto, considerado de alta complexidade e que exigiria muitas intervenções e grandes somas de investimentos.

“O projeto será reestruturado para que se chegue a uma nova modelagem mais atrativa para os investidores e que garanta melhora da qualidade e da segurança para os usuários”, destacou o Minfra em resposta ao GLOBO, acrescentando que a rodovia é um projeto prioritário para o governo federal.

Pelo projeto, a empresa vencedora teria a concessão de 670 quilômetros de um trecho envolvendo a BR-381, de Belo Horizonte até Governador Valares, e a BR-262, de João Molevade (MG) até Viana (ES). A expectativa era de 402 km de duplicação, 228 km de faixas adicionais e 131 km de vias marginais, entre outras obras.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/02/2022

NAVIO DE CARGA EM CHAMAS DEIXA À DERIVA QUASE QUATRO MIL VEÍCULOS, INCLUINDO DAS MARCAS AUDI E PORSCHE

Carros do grupo Volkswagen foram deixados a bordo do Felicity Ace, que tem aproximadamente o tamanho de três campos de futebol

Por Bloomberg



O navio de carga Felicity Ace à deriva ao largo da costa de Portugal Foto: Divulgação/ Marinha Portuguesa

ILHAS AÇORES — O Felicity Ace, um enorme cargueiro com bandeira do Panamá que transportava milhares de veículos do Grupo Volkswagen, pegou fogo perto das ilhas dos Açores, no Oceano Atlântico, na tarde de quarta-feira.

Um e-mail interno do setor de operações da Volkswagen nos EUA revelou que havia 3.965 veículos a bordo do navio. Com sede na Alemanha, o grupo fabrica veículos de marcas como Volkswagen, Porsche, Audi e Lamborghini. Unidades de todas as marcas estavam a bordo do cargueiro.

O acidente é mais um golpe na indústria automotiva, que enfrenta problemas de fornecimento, com a escassez global de chips. Apesar do ano material, os 22 tripulantes do navio foram retirados da embarcação com sucesso e levados para um hotel local pela Marinha e Força Aérea portuguesas. O navio foi deixado sem tripulação e à deriva.

Luke Vandezande, porta-voz da Porsche, disse que a empresa estima que cerca de 1.100 de seus veículos estavam entre os que estavam a bordo do Felicity Ace no momento do incêndio. Ele acrescentou que os clientes afetados pelo incidente estão sendo contatados por seus revendedores.

— Nossos pensamentos imediatos são de alívio porque os 22 tripulantes do navio mercante Felicity Ace estão bem e seguros — disse Vandezande.

Não é a primeira vez que a fabricante perde mercadorias no mar. Outro navio pegou fogo e afundou em 2019, com mais de dois mil carros de luxo, incluindo Audis e Porsches, afundaram com ele.

Cientes se manifestam nas redes sociais

Alguns clientes expressaram sua decepção nas mídias sociais. Um deles foi o youtuber americano Matt Farah, que relatou no Twitter que seu Porsche Boxter Spyder com especificações personalizadas estava a bordo do navio. Os modelos padrão do veículo começam em torno de US\$ 99.650.

Um porta-voz da Lamborghini nos EUA se recusou a comentar o número de carros que a empresa tinha a bordo ou quais modelos foram afetados, mas disse que está em contato com a transportadora para obter mais informações sobre o incidente.

O Felicity Ace tem aproximadamente o tamanho de três campos de futebol e estava a caminho de um porto em Davisville, nos EUA, quando um sinal de socorro foi emitido devido a um incêndio em um de seus decks de carga.

A empresa proprietária do navio está providenciando o reboque. Até agora, não vestígio detectável de poluição.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/02/2022

SOB PRESSÃO, ESTADOS DIZEM QUE CONGELAMENTO DO ICMS JÁ REDUZIU ARRECADAÇÃO EM R\$ 3,4 BI

Valor do ICMS cobrado sobre combustíveis está congelado desde novembro de 2021 e ficará assim até o final de março

Por *Fernanda Trisotto*



*Posto da Petrobras no Aterro do Flamengo.
Foto de Gabriel de Paiva / Agência O Globo
Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo*

BRASÍLIA – O congelamento do valor do ICMS cobrado sobre combustíveis reduziu a arrecadação dos estados em R\$ 3,4 bilhões, entre novembro de 2021 e 15 de fevereiro deste ano, de acordo com levantamento do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Muito além da gasolina: Impacto da alta do petróleo vai de embalagens a roupas

Os estados argumentam que estão colaborando nas tentativas de frear a alta no preço dos combustíveis abrindo mão de receitas, mas sem haver um retorno para o consumidor, com a diminuição do preço nas bombas.

“Deixá-lo desatualizado não tem o poder de resolver o problema dos aumentos de preços dos combustíveis, porque não se está operando na causa dos aumentos”, apontam. Para os estados, o problema está na política de preços da Petrobras, atrelada à flutuação do petróleo no mercado externo.

“Apesar de ser uma receita extremamente necessária ao funcionamento dos serviços públicos, os entes federativos entenderam pela importância de realizar esse ajuste no segmento, dado que outros encaminhamentos do debate público estavam pautando prejuízos ainda maiores no que tange aos recursos que possibilitam a prestação de serviços públicos à população”, aponta o Comsefaz em nota.

Nesta semana, o Comsefaz já se posicionou contra um parecer do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para uma proposta que prevê a implementação de uma alíquota única para o ICMS dos combustíveis. O texto seria votado nesta semana, mas saiu de pauta e pode retornar só após o Carnaval. O Senado avalia outro texto, também relatado por Prates, que cria uma conta de estabilização dos preços. Esse texto tem o apoio dos estados.

Para chegar aos R\$ 3,4 bilhões de perda de arrecadação, os estados verificaram a diferença entre o valor congelado do preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF), que é a base do cálculo do tributo, e os valores que estavam de fato sendo praticados

O levantamento foi feito nos estados do Acre, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Para o restante, foi aplicada uma média.

ICMS congelado



O congelamento do valor do ICMS que incide sobre os combustíveis começou em novembro de 2021, após decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Inicialmente, duraria 90 dias.

Em janeiro, governadores sinalizaram que não prorrogariam a medida, mas pressionados pela alta dos combustíveis e temendo mais desgastes em ano eleitoral, os estados optaram por estender o congelamento até o dia 31 de março.

“Como os Estados já haviam alertado que a redução da tributação não tem o poder de conter a escalada de preços dos combustíveis, que estão descontrolados desde que em 2016 se instituiu a política de preços internacionais”, criticam.

A discussão sobre o peso do ICMS no preço dos combustíveis foi acirrada ao longo de 2021. De um lado, o presidente Jair Bolsonaro e aliados costumavam atribuir a responsabilidade pela alta no preço da gasolina, diesel e etanol ao tributo cobrado pelos estados.

Estes, por sua vez, criticam a política de preços da Petrobras, que é atrelada a variação do mercado externo e, portanto, ao dólar.

Como funciona a cobrança do ICMS

O ICMS sobre combustíveis é cobrado considerando uma média de 15 dias dos preços nos postos. Por isso, caso o valor do combustível suba, o valor cobrado pelo estado também sobe ainda que a alíquota se mantenha inalterada. A alíquota varia entre os estados.

O imposto tem por objetivo taxar quem compra o produto, e é por isso que se usa o preço final como referência.

Seu recolhimento é feito pelo sistema de substituição tributária. Isso quer dizer que o tributo devido por toda a cadeia, incluindo as distribuidoras e os postos de combustíveis, tem o pagamento feito de forma antecipada na etapa inicial.

Como para calcular o tributo é preciso estimar o preço final, cada estado faz estudos para definir o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), apuração feita a cada 15 dias. É esse preço que ficará congelado até o dia 31 de março.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/02/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ESPECIALISTAS CONCORDAM COM DECISÃO DO TCU SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A estruturação da privatização da Eletrobras e a precificação proposta pelo Executivo têm a aprovação de especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. No entanto, há um sentimento de que faltou transparência na elaboração dos estudos que norteiam a operação.

O tema voltou a ter destaque com o julgamento no Tribunal de Contas da União (TCU) na terça-feira. Assim como a maioria da Corte, especialistas divergem da posição do ministro Vital do Rêgo, que defendeu a inclusão da venda de potência pelas usinas da estatal no valor que será pago de outorga à União.



A avaliação é de que não há um mercado maduro no País para venda deste ativo e, portanto, não seria possível concordar que a empresa deveria ser vendida por R\$ 130 bilhões, conforme sugeriu o ministro. O preço estimado pelo governo é R\$ 67 bilhões.

A privatização da Eletrobras é estratégica para o governo do presidente Jair Bolsonaro, que prometeu em sua campanha acelerar o processo de privatizações. No entanto, ele entra em seu último ano de gestão sem conseguir passar nenhuma empresa pública para a iniciativa privada. Em recente entrevista ao Estadão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que “faltou apoio para a agenda liberal do governo”.

Fora do padrão

Para a economista e ex-diretora de privatização do BNDES Elena Landau, nunca se usaram cálculos para precificar a potência no País e, portanto, isso não poderia ser feito no âmbito da privatização da Eletrobras.

No entanto, ele concorda com Vital do Rêgo ao considerar que faltou transparência durante o processo de privatização da estatal. “O processo foi muito mal conduzido. O número final do valor de outorga chegou ao TCU sem transparência, não houve estudo prévio. Poderia existir um documento para mostrar ao ministro por A mais B que o cálculo dele não é aplicável, mas há uma falha de origem.”

Para ela, o principal problema são as dúvidas sobre o valor final de outorga chegarem para análise do TCU. “Isso é dirimido nos estudos prévios, com consultores e audiência pública. Após um debate, com avaliações diferentes, é possível chegar a um preço final”, afirma a economista.

No setor, há uma visão de que o posicionamento do ministro é muito “futurístico”. Isso porque o produto (a potência) não é comercializado hoje, e não há nenhuma garantia de que será no futuro.

Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), também avalia que não existe metodologia para avaliar e mensurar a potência. “O setor está discutindo leilões de potência, de capacidade, em que esse tipo de atributo da geração será valorado. Mas não temos ainda condição no setor elétrico de fazer valoração de potência de projetos existentes”, comenta.

Judicialização

Victor Gomes, economista e advogado especializado no setor de energia do escritório Reis Gomes, avalia que questionamentos levantados pelo TCU sobre alteração nos preços finais da operação podem ser usados como argumento em possíveis ações judiciais para barrar a desestatização da Eletrobras. Contudo, ele acredita que o governo tem argumentos técnicos para rebater as alegações.

“Parece muito sólida a posição do governo de não considerar o valor referente à potência no valuation (avaliação de empresas). As hidrelétricas têm esse ativo de potência, mas não foram habilitadas pelo governo para participar dos leilões de reserva de capacidade. Então, é um produto que, de fato, existe, mas não pode ser vendido e nada indica que será no futuro”, afirma. “É comum que processos de privatizações sejam desafiados no Judiciário.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/02/2022

COMBUSTÍVEIS: RELATOR DE PROJETO NO SENADO MANTÉM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO PARA EQUILIBRAR PREÇOS

Novo parecer do senador Jean Paul Prates prevê utilizar o tributo para um fundo de estabilização
Por Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou um novo parecer do projeto de lei que cria uma conta de estabilização para o preço dos combustíveis no País, uma das propostas que devem ser votadas pelo Senado na próxima terça-feira, 22.

Apesar da reação de líderes partidários, o relator manteve a criação de um imposto sobre exportação de petróleo bruto no texto. O projeto propõe o tributo como uma das fontes de arrecadação da conta. O programa cria uma espécie de "colchão" para amenizar as altas nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.



Jean Paul Prates (PT-RN), relator de um projeto sobre preços de combustíveis no Senado; ele manteve a criação de um imposto sobre exportação de petróleo bruto no texto Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

De acordo com a proposta, o imposto dependerá de regulamentação do Executivo, com alíquotas que variam de 0% para o barril a US\$ 45 e de 12,5% a 20% para o produto acima de US\$ 100. A cotação se aproximou desse nível nos últimos dias no mercado internacional.

Por outro lado, o relator retirou o uso da valorização patrimonial das reservas cambiais como fonte da conta de estabilização. O conteúdo do projeto ainda poderá ser alterado no plenário.

Além desse texto, o Senado pautou outro projeto, alterando o modelo de cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos Estados, e dobrando o alcance do vale-gás a famílias carentes.

O relatório apresentado por Jean Paul mantém a determinação de que os preços dos combustíveis tenham como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, "desde que aplicáveis".

Além disso, estabelece uma série de princípios para a política de preços, como a redução da vulnerabilidade externa e da volatilidade. O parecer inclui ainda "preços acessíveis para famílias de baixa renda" como um princípio na lei.

O relatório mantém os dividendos da Petrobras pagos à União e as receitas do governo federal com a exploração do pré-sal como fontes da conta de estabilização.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/02/2022

ESTADOS DEIXARAM DE ARRECADAR R\$ 3,4 BI COM REDUÇÃO DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Valor deixou de ser arrecadado por causa do congelamento do ICMS desde novembro, indica comitê de secretários da Fazenda estaduais

Por Guilherme Pimenta, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Em meio às discussões de propostas de emenda à Constituição para reduzir impostos e baixar o preço dos combustíveis, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) calcula que os Estados já deixaram de arrecadar R\$ 3,4 bilhões desde novembro com o congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis.

O Conseqam considerou o período de novembro até 15 de fevereiro deste ano. Os Estados incluídos no levantamento foram: Acre, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Aos demais, segundo a entidade, aplicou-se a média da margem da pesquisa em relação ao ICMS sobre combustíveis arrecadado.



Congelamento do ICMS sobre combustíveis nos Estados acabaria em 31 de janeiro passado, mas foi prorrogado. Foto: Wilton Júnior/Estadão - 01/10/2021

No fim de janeiro, os governadores decidiram estender o congelamento do ICMS até 31 de março deste ano, após o avanço das discussões envolvendo as PECs dos Combustíveis no Congresso. Inicialmente, a medida seria encerrada na data original, em 31 de janeiro.

"Apesar de ser uma receita extremamente necessária ao funcionamento dos serviços públicos, os entes federativos entenderam pela importância de realizar esse ajuste no segmento, dado que outros encaminhamentos do debate público estavam pautando prejuízos ainda maiores no que tange aos recursos que possibilitam a prestação de serviços públicos à população", informou o Conseqam em comunicado divulgado nesta sexta, 18.

Os governadores destacam ainda que "a redução da tributação não tem o poder de conter a escalada de preços dos combustíveis, que estão descontrolados desde que em 2016 se instituiu a política de preços internacionais".

Para André Horta, diretor-institucional do Conseqam, os Estados teriam um prejuízo maior se propostas de mudança no ICMS caminhassem no Congresso. "Queremos demonstrar desde já que o esforço orçamentário não tem sido pequeno", disse ele ao Estadão/Broadcast.

Para Horta, existe um temor entre os governadores de que outras propostas possam interferir ainda mais nas finanças dos Estados, o que prejudicaria as contas públicas estaduais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/02/2022

REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA SERIA UM RETROCESSO, DIZ PRESIDENTE DA FIESP

Para Josué Gomes, é necessário que as legislações sejam reformadas para contemplar novas formas de trabalho

Por Eduardo Kattah, O Estado de S.Paulo



Josué Gomes da Silva, novo presidente da Fiesp; para ele, é necessário que as legislações sejam reformadas para contemplar novas formas de trabalho Foto: Werther Santana/Estadão - 17/2/2022

O novo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, disse ao Estadão que seria um retrocesso a revogação da reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer. O executivo, porém, considera legítima a discussão para um aprimoramento da reforma. Líderes do PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deram declarações recentes a favor da revisão ou revogação das mudanças trabalhistas.

“Se for para acabar com a reforma que aconteceu eu acho que é um retrocesso. Se for para aprimorar a reforma, vai ser necessário, mais cedo ou mais tarde. A reforma que foi feita tem avanços muito importantes. Talvez o maior deles seja o negociado prevalecer sobre o legislado”, afirmou Josué. “O que não se concebe é o que nós tivemos no passado, de uma CLT que vigorou por 70 anos, por aí. O mundo evoluiu. Precisamos entender que a evolução, em função da tecnologia, é tão rápida que é necessário que se esteja reformando as legislações para contemplar novas formas de trabalho. Por exemplo, os que trabalham em aplicativos, que fazem entregas ou dirigem carros. Isso, de alguma maneira, tem de ser contemplado.”

O empresário mantém interlocução com o ex-presidente Lula e costuma figurar entre cotados para um eventual novo governo do petista, líder nas pesquisas de intenção de voto. Em dezembro do ano passado, antes de assumir a Fiesp, Josué se desfilou do PL. Foi um gesto para reforçar o compromisso com a entidade empresarial. “Não vou ser próximo a nenhum governo, mas não vou me negar a discutir com nenhum governo”, afirmou o presidente da Fiesp.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/02/2022

LEILÕES DE SANEAMENTO CHEGAM AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E PODEM MOVIMENTAR R\$ 22 BI EM INVESTIMENTOS

Depois dos megaleilões em grandes cidades, a expectativa é de que 23 licitações sejam feitas no Brasil em cidades menores; só neste ano, a previsão é de que o investimento em saneamento deve crescer 18%

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

Depois dos megaleilões de 2021, como o da Cedae, no Rio de Janeiro, as concessões e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) em municípios menores devem movimentar o setor de saneamento nos próximos meses, sobretudo por causa das eleições estaduais. Entre 2022 e 2023, a expectativa é de que 23 licitações sejam feitas no País, sendo 12 delas em cidades com população inferior a 50 mil habitantes, segundo a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

O volume de investimentos, somando pequenas e grandes concessões, está estimado em mais de R\$ 22 bilhões durante os 30 ou 35 anos de contrato. No ano passado, esse número alcançou R\$ 45 bilhões com as licitações de Cedae, Alagoas, Amapá e Xique-Xique (BA). Só a concessionária do Rio terá de investir R\$ 31 bilhões em 35 anos.



Leilão da Cedae movimentou o setor no ano passado e abriu espaço para novas licitações. Foto: Wilton Júnior/Estadão - 28/4/2021

Para especialistas, o importante neste momento é garantir um cronograma ativo de licitações e manter a curva crescente de recursos no setor. No ano passado, o investimento anual avançou 15% em termos reais, de R\$ 14,9 bilhões para R\$ 17,14 bilhões. Neste ano, a projeção é de um aumento de 18%, segundo dados da consultoria Inter.B. Para universalizar os serviços de água e esgoto até 2033, conforme prevê o novo marco regulatório, serão necessários cerca de R\$ 700 bilhões - ou R\$ 63 bilhões por ano.

O diretor executivo da Abcon, Percy Soares Neto, destaca que o setor terá uma nova fase neste ano. Por causa das eleições, alguns governos vão preferir aguardar para fazer as licitações

maiores. “Tivemos primeiro a euforia da aprovação da lei (2020), depois os leilões bilionários e, agora, temos um novo perfil, que são as licitações municipais.”

Novas licitações devem atrair companhias 'novatas'

Novo impulso

PPPs e concessões dão força ao setor



*Previsão
 Fonte: INTER.B, ABCON e BNDSES

Um efeito das concessões de municípios pequenos deve ser a entrada de empresas de menor porte ou que ainda não estão atuando na operação do setor. O movimento foi percebido nas primeiras três licitações do ano.

São Simão, em Goiás, foi arrematada por uma empresa chamada Orbis; Orlandia, no interior de São Paulo, atraiu 14 investidores (a maioria sem concessões no setor) e foi vencida pelo consórcio liderado pela Engibras Engenharia; Crato, no Ceará, foi a exceção e ficou com a gigante Aegea.

Nos próximos meses, os investidores vão ficar atentos às concessões de Goianira (GO), São Miguel do Guaporé (RO), Anapu (PA), Santa Cruz das Palmeiras (SP) e Rosário Oeste (MT). Segundo a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), essas são as licitações em estágio mais avançado e que devem ir a leilão nos próximos meses.

Os investimentos somam R\$ 400 milhões durante o contrato de concessão e vão atender quase 200 mil pessoas. “Os leilões vão mostrar qual a atratividade dessas concessões têm para as empresas, se serão lucrativas e se os projetos estão sendo bem feitos”, diz o advogado Rafael Feldmann, sócio da área Ambiental e Infraestrutura do

escritório Cascione Pulino Boulos Advogados. Muitos municípios fizeram parceria com a Caixa para modelagem das concessões.

Os projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que incluem as maiores licitações, estão em andamento também. Na carteira do banco, está a privatização da Corsan (RS), que será feita por meio de oferta pública de ações.

Inicialmente estava prevista para o primeiro trimestre deste ano, mas por causa da piora do mercado e das eleições, há incertezas em relação ao processo. Nesse caso, o investimento previsto é de R\$ 11 bilhões.

“Essas licitações devem ficar para depois por causa das eleições de governadores”, diz o presidente da Inter.B, Claudio Frischtak. A carteira inclui ainda Porto Alegre, Ceará, Paraíba, Sergipe e Rondônia.



Hoje 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto e 35 milhões não são abastecidos com água potável – números que refletem a falta de prioridade que o setor teve nos últimos anos e explicam a proliferação de epidemias, como dengue e zika, além de doenças gastrointestinais no País. Esses indicadores colocam o País em posição pior que Iraque, Jordânia e Marrocos.

“Temos metas ambiciosas e todo avanço é positivo. Mas é difícil reverter de imediato o déficit do setor, ainda vamos demorar para ver o efeito”, diz a presidente do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto.

O marco regulatório, aprovado em 2020, promete dar um novo rumo ao setor com investimentos pesados. De patinho feio, o segmento se tornou um dos mais cobiçados entre os investidores.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/02/2022



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

FERTIPAR COMPRA TERMINAL NO PORTO DE PARANAGUÁ

Terin - Terminais Inteligentes era controlada pelo grupo Mercuria; valor do negócio não foi divulgado

Por Érica Polo, Valor — São Paulo

A Fertipar, uma das maiores companhias de fertilizantes do país, anunciou hoje a aquisição da Terin - Terminais Inteligentes, que opera no porto de Paranaguá (PR) e era controlada pelo grupo Mercuria — trading de combustíveis com sede na Suíça. O valor do negócio não foi divulgado.

Em comunicado enviado ao Valor, o presidente do grupo Fertipar, Alceu Feldmann, diz que a companhia “ratifica o potencial de crescimento do Brasil através deste importante investimento” e que a Terin tem “histórico de sucesso em suas operações”.

A Terin, lembra a nota, atua com armazenagem e movimentação de grãos líquidos e está localizada em terminal portuário privado alfandegado para uso público.

O processo de aquisição foi assessorado pelos escritórios Andersen Ballão Advocacia, BRZ Advogados e Tauil & Chequer/Mayer Brown

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 18/02/2022

MINÉRIO DE FERRO SOBE 0,6% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO, A US\$ 130,94 A TONELADA

No ano, a principal matéria-prima do aço exibe valorização de 8%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Os preços do minério de ferro permaneceram praticamente estáveis nesta sexta-feira (18) no mercado à vista, encerrando a semana com perda acumulada acima de 12%.

No porto de Qingdao, a tonelada de minério com teor de 62% de ferro avançou 0,6%, a US\$ 130,94, segundo a publicação especializada Fastmarkets MB. No ano, a principal matériaprima do aço exibe valorização de 8%.



— Foto: Agência Vale

No mercado futuro, a commodity manteve trajetória descendente, marcando o quinto dia consecutivo de perdas.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados para maio recuaram 1,4%, a 685 yuan (US\$ 108,28) por tonelada.

Os esforços das autoridades chinesas para coibir operações especulativas com minério contribuíram para a forte correção de preços.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/02/2022

TRANSPORTE DE CARGAS DO AGRO AVANÇA NAS RODOVIAS

É o aponta levantamento da FreteBras com dados de 2021

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo

O transporte rodoviário de produtos do agronegócio está cada vez mais digitalizado, e isso é perceptível a partir dos dados da FreteBras, plataforma que atua na América do Sul. De acordo com levantamento feito pela empresa, o volume de cargas movimentadas pelo setor no Brasil cresceu 46,9% em 2021 na comparação com o ano anterior.

Esses fretes movimentaram R\$ 23 bilhões pagos aos motoristas e representaram 36,6% das cargas totais. No total, os 8 milhões de fretes contratados pela plataforma movimentaram R\$ 63 bilhões no ano passado.

O retrato do mês de janeiro mostra que a normalização do ritmo da colheita de soja, depois do atraso do ano passado, também altera o fluxo do transporte rodoviário. O volume transportado pelo agro na plataforma no mês passado cresceu 47% e representou 38% do total, ante 30% um ano antes.

“Sabemos que o agronegócio é uma das principais forças do Brasil. O volume de fretes acompanha essa representatividade do setor para a nossa economia e o fato de as safras baterem recorde atrás de recorde”, afirmou Bruno Hacad, diretor de operações da FreteBras, ao Valor.

Apesar do crescimento em 2021, Hacad ressalta que o valor médio dos fretes permaneceu estável na comparação com 2020, o que tem castigado a remuneração dos motoristas. “O diesel, que subiu 48% no ano passado, representava entre 40% e 45% do custo do caminhoneiro. Atualmente, representa 60%.”

No decorrer de 2021, os Estados que concentraram a maior parte das viagens para atender o setor foram São Paulo (15% do total), Rio Grande do Sul (14,7%), Paraná (13,5%) e Minas Gerais (10,6%). Os produtos mais transportados foram fertilizantes (31,5%), milho (10,9%) e soja (9,2%), seguidos por trigo (3,5%) e açúcar (3,4%)

“O fato de transportarmos mais fertilizantes está atrelado provavelmente à matriz da plataforma, que favorece grandes distâncias. Na ponta dos grãos, fazemos muito a last mille, depois que a soja e milho já passaram pelas ferrovias”, comentou Hacad.

Outra questão é que há mais empresas cadastradas na FreteBras que são do Sul e do Sudeste, e muitas delas são de menor porte e não têm frota própria.

Movimentação nos portos

O relatório da empresa também analisou a movimentação dos fretes nos portos de Paranaguá (PR), Rio Grande (RS) e Santos (SP) - que, juntos, representam cerca de um quarto de toda a carga que entra e sai do Brasil.

No ano passado, Paranaguá foi um dos principais pontos de origem para a importação de adubos e fertilizantes. O levantamento revela que o volume dos fretes desses produtos, originados em Paranaguá, aumentaram 59,5% em comparação com o ano anterior.

A íntegra da matéria sobre os fretes estão disponível em www.valor.com.br/agro

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/02/2022

TRADINGSTÊM REVÉS NA JUSTIÇA DO PARÁ SOBRE ICMS

Plenário do Tribunal de Justiça do Estado suspende liminares concedidas em primeira instância isentando as empresas do pagamento do imposto

Por Rikardy Tooge — De São Paulo



O porto de Santarém, no Pará, saída para 4% das exportações de soja do país — Foto: Anna Carolina Negri

Tradings que exportam soja e milho pelos portos do Pará sofreram um revés na Justiça no início deste mês, após o governo estadual conseguir suspender liminares que garantiam o não pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no transporte interestadual de grãos para exportação, uma batalha que se arrasta há décadas entre empresas e o Estado.

No dia 2 de fevereiro, o Plenário do Tribunal de Justiça do Pará decidiu tornar sem efeito liminares de primeira instância em favor das tradings. Os desembargadores entenderam que o não recolhimento de ICMS na operação geraria dano ao erário estadual. Ao menos 20 exportadores foram afetados pelo veredicto. O acórdão do julgamento ainda precisa ser publicado.

“O resultado do julgamento nos deixou surpresos. A decisão foi mais política do que do mérito jurídico”, diz a advogada Thaís Azevedo, do Tauil & Chequer, escritório que obteve quatro liminares para tradings no Estado - entre elas a Multigrain, controlada pela japonesa Mitsui.

Thaís afirma que a manobra jurídica adotada pelo governo do Pará limitou as possibilidades de recorrer do resultado, mas a banca estuda precedentes para tentar levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No Pará estão localizados dois portos importantes para as exportações brasileiras de grãos. Em 2021, o porto de Barcarena foi responsável por 10% dos embarques de soja e de 20% dos de milho. Já o porto de Santarém foi a saída para 4% das cargas de soja e 7% do milho, conforme dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

A advogada Isabella Pacífico, do mesmo escritório, reforça que o dano ao erário apontado pela Justiça do Pará não seria significativo. Cálculos do Tauil & Chequer com base no orçamento estadual de 2019 indicam que o impacto causado pelas tradings com liminares sobre a

arrecadação do Estado foi de R\$ 108 milhões, dos mais de R\$ 12 bilhões obtidos com impostos naquele ano.

Para ela, a volta da tributação poderá fazer com que as companhias decidam priorizar as exportações pelo Corredor Sul - como no porto de Santos, onde o Estado de São Paulo concede isenção de ICMS para grãos destinados à exportação.

Imbróglio longo

O impasse jurídico entre tradings e o governo do Pará existe há mais de 20 anos, quando o Estado estabeleceu a incidência do ICMS para transporte de cargas destinada à exportação. Por ser um tributo estadual, cabe a cada ente da Federação definir alíquotas e atividades onde há incidência do imposto

No entanto, quem defende a isenção aponta que o artigo 155 da Constituição e a Lei Complementar 87/1996 (a "Lei Kandir") vedam a cobrança sobre operações ligadas à exportação e que, portanto, a lei de um Estado não poderia se sobrepor à legislação federal. Foi sob esse argumento que desde 2008 muitas tradings obtiveram na Justiça o direito de não pagar o imposto.

Nos últimos anos, porém, o governo do Pará havia conseguido cassar essas liminares com a alegação de que havia prejuízos às finanças do Estado. A tese ganhou corpo em 2020, após o Supremo Tribunal Federal (STF) conceder decisão favorável ao Rio Grande do Sul em um caso sobre a cobrança de ICMS para o transporte de embalagens com destino ao exterior (Tema 475).

No entendimento do plenário da Corte, o artigo da Constituição utilizado pelas empresas não alcançaria operações anteriores à exportação, como é o caso do transporte até os portos - justificativa aceita neste mês pelo plenário do TJ do Pará.

Já as empresas argumentam que, em abril 2021, o STJ publicou a Súmula 649, que afirma que não incide ICMS sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior. As súmulas são o resumo de entendimentos consolidados e servem para a orientação para advogados e magistrados de instâncias inferiores.

Apesar de entendimentos conflitantes entre as principais instâncias do judiciário - não na visão das tradings, que afirmam que o transporte de grãos nada tem a ver com o de embalagens - os advogados do Tauil & Chequer dizem que o STF tem entendimento de que a tese de desoneração do ICMS sobre os transportes de mercadorias destinadas ao exterior é infraconstitucional.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/02/2022

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO NOS CONTRATOS DE PARTILHA CRESCE 35% EM 2021

Por André Ramalho, Valor — Rio



Plataforma da Petrobras em exploração do campo de Atapu, no pré-sal da Bacia de Campos — Foto: Geraldo Falcão/Agência Petrobras

A parcela da produção de petróleo que cabe à União, nos contratos sob o regime de partilha, cresceu 35% em 2021, em relação a 2020, informou a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

De acordo com a estatal, 3,9 milhões de barris foram destinados à União no ano passado. A maior contribuição veio da área Entorno de Sapinhoá (Bacia de Santos), que respondeu por 2 milhões de barris. Já a área de desenvolvimento de Mero, também na Bacia de Santos, respondeu por 1,2 milhão de barris, seguido de Búzios, com 700 mil barris.



Ao todo, 62 milhões de barris de petróleo foram produzidos sob o regime de partilha em 2021, quase quatro vezes mais do que o volume alcançado em 2020. A marca, a mais alta da série histórica desde 2017, foi atingida por meio de quatro contratos: Libra (Área de Desenvolvimento de Mero), Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Búzios.

Representante da União nos contratos de partilha, a PPSA destacou que a entrada em produção dos volumes excedentes da cessão onerosa de Búzios, a partir de setembro, puxou o resultado do ano.

De 2017 a dezembro de 2021, a produção acumulada em regime de partilha de produção soma 110 milhões de barris de petróleo no Brasil. Desse total, a União teve direito a uma produção de 11,6 milhões de barris, sendo 50% de origem da Área de Desenvolvimento de Mero.

Já a produção de gás natural sob o regime de partilha totalizou 187 milhões de metros cúbicos para comercialização em 2021. O patamar é recorde e representa um crescimento de 108% em relação ao produzido em 2020. A parcela da União no total produzido foi de 50 milhões de metros cúbicos, volume 55% superior ao de 2020.

Toda a produção da União é comercializada pela PPSA. Os recursos são encaminhados ao Tesouro Nacional.

A estatal informou ainda que, em dezembro, foram produzidos, em média, 466 mil barris/dia de petróleo por dia sob o regime de partilha. O volume é 5% maior do que o apurado em novembro. Desse total, a parcela da União foi de 14,2 mil barris/dia, um aumento de 40% em relação ao mês anterior.

Já a produção de gás sob regime de partilha totalizou 1,44 milhão de metros cúbicos/dia, alta de 10% ante novembro. O volume que cabe à União foi de 112 mil metros cúbicos/dia, o que representa uma redução de 7% devido à parada programada da plataforma Cidade de São Paulo no Entorno de Sapinhoá.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/02/2022

DIÁRIO DO SUDOESTE

DIÁRIO DO SUDESTE - PR

LÍDERES FINANCEIROS DO G20 PEDEM CUIDADO PARA RETIRADA DE SUPORTES DA PANDEMIA

Líderes financeiros do Grupo dos Vinte (G20) pediram nesta sexta-feira por uma postura cautelosa e bem coordenada para navegar as recuperações após a crise do coronavírus. O conselho de autoridades financeiras, que inclui ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais, ainda concordou com a necessidade de minimizar o impacto da alta de juro nos EUA e em outros países para combater a inflação.

“Concordamos que, para apoiar o sistema financeiro global, precisamos de uma política de normalização bem coordenada e bem considerada”, disse o presidente do BC da Indonésia, Perry Warjiyo, a repórteres em uma entrevista coletiva online. “Isso é importante para que essas políticas tenham impacto mínimo nos mercados financeiros globais e nos países em desenvolvimento”, completou.

Reuniões como a realizada entre ontem e hoje em Jacarta lançam as bases para uma cúpula de líderes do G20 mais tarde neste ano. Até a noite de sexta-feira no horário local, os líderes ainda não haviam divulgado seu comunicado. Mas as autoridades indonésias indicaram que muito do

que foi discutido foi herdado das conversas do ano passado: políticas fiscais globais, financiamento climático e financiamento para melhorar a saúde pública.

Ao abrir as reuniões, o presidente indonésio Joko Widodo pediu que os países cooperem para apoiar a recuperação global e evitar tensões como as da Ucrânia. “A pandemia está longe de terminar e a economia global está lutando”, disse Widodo

Fonte: Diário do Sudeste - PR

Data: 18/02/2022

PETROBRAS APROVA DOAÇÃO DE R\$ 1 MILHÃO A ATINGIDOS POR ENCHENTES EM PETRÓPOLIS

A Petrobras aprovou nesta sexta-feira, 18, a doação de R\$ 1 milhão para apoiar a população atingida pelas enchentes causadas pelas fortes chuvas na cidade serrana de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O recurso será destinado para aquisição de itens de maior necessidade, como alimentos, água potável, produtos de higiene pessoal e de limpeza, por meio de uma parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e SESI, por meio da campanha “Firjan SESI Solidariedade – SOS Petrópolis”.

“A Petrobras está atenta às demandas da sociedade e não tem poupado esforços com a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada em ações de solidariedade, conforme nossa política de Responsabilidade Social”, afirma o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, em comunicado divulgado pela empresa.

Segundo a petrolífera, além de engajar seus colaboradores, a Petrobras lançou uma campanha emergencial de voluntariado.

“Será possível contribuir com qualquer quantia e os valores arrecadados serão destinados à instituição Ação da Cidadania para aquisição de alimentos, água e outros itens essenciais. A doação desses itens também pode ser feita diretamente no posto de coleta na sede da instituição, localizada no bairro da Gamboa, na região central do Rio de Janeiro”, acrescentou a estatal.

Fonte: Diário do Sudeste - PR

Data: 18/02/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DESCUMPRIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM AFETA TERMINAIS, DIZ SPA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 18 Fevereiro 2022



Arquivo/Divulgação SPA

Autoridade portuária afirma que prática é constante nos últimos 40 dias, desde quando DTA Engenharia conseguiu prorrogação do contrato na Justiça.

O impasse na execução da dragagem no Porto de Santos (SP) vem aumentando a preocupação de terminais portuários locais, que apontam insatisfação com o serviço entregue e o risco de prejuízos operacionais causados por



assoreamentos. A Santos Port Authority (SPA) relatou que seguidos descumprimentos das ordens de serviço têm sido uma prática constante da DTA Engenharia nos últimos 40 dias, desde quando a empresa de dragagem conseguiu a prorrogação do contrato por ordem judicial. O caso mais recente ocorreu na última quinta-feira (17), quando a DTA descumpriu a OS emitida pela SPA para dragar o berço do cais da Alemoa, especializado em líquidos. Na ocasião, a SPA enviou correspondência à DTA dando 48 horas para a empresa retomar a dragagem com a produtividade exigida contratualmente, sob pena de rescisão.

A autoridade portuária informou que a empresa, contudo, segue ignorando o contrato e gerando insegurança jurídica e danos ao Porto de Santos que poderão demorar a ser reparados. Procurada pela Portos e Navios, a autoridade portuária afirmou que, apesar da decisão favorável à prorrogação, a contratada não tem efetuado os serviços que são demandados, ora devido à manutenção de equipamentos, ora negando-se a cumprir as ordens de serviço. “A DTA não apenas deixou de finalizar a dragagem dos berços com perdas de calado como, nos últimos dias, vem reiteradamente negando-se a realizar a dragagem do canal até que a SPA pague nova mobilização dos equipamentos”, informou a SPA.

A autoridade portuária considera que a cobrança adicional não tem qualquer previsão, sendo um ato abusivo frente suas obrigações contratuais. A SPA enfatizou que cumpre sua parte na decisão judicial que estabeleceu em abril o prazo de término do contrato de dragagem e declarou que espera que o mesmo ocorra com a contratada. Tal decisão considerou a publicação do extrato contratual no Diário Oficial da União em abril de 2020. Nos autos, a SPA sustenta que a vigência do contrato consta na cláusula 15ª: 24 meses a partir da assinatura (janeiro de 2022), uma vez que o termo foi assinado em 9 de janeiro de 2020.

Liminar

Nesta semana, a Justiça suspendeu temporariamente a multa diária no valor de R\$ 100 mil fixada contra a DTA Engenharia, caso a empresa não retomasse a dragagem de manutenção de berços de atracação do Porto de Santos. O efeito suspensivo concedido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) impede a aplicação de multas até a apresentação de novas provas no prazo legal. A empresa de dragagem entrou com recurso por considerar que a SPA encerrou o contrato antes do prazo previsto, exigindo ‘arbitrariamente’ a desmobilização dos equipamentos e cancelando todas as ordens de serviço. A DTA alega que teve o seu contrato encerrado pela SPA, que teria cancelado todas as ordens de serviço, obrigando a desmobilização de todos os seus equipamentos, assinando contrato com o mesmo escopo com outra empresa por R\$ 100 milhões a mais.

Já a gestora do complexo portuário de Santos afirmou que promoveu, com diligência, uma licitação para evitar que a dragagem de manutenção deixasse de ser feita e manteve ordens de serviço para a DTA até o último dia 8 de janeiro, com o contrato da nova licitação iniciando no dia seguinte (9/01). A SPA ressaltou que o contrato com a DTA foi mantido até que o juízo de primeiro grau se manifestasse sobre o pedido de prorrogação até abril de 2022, feito pela empresa de dragagem com base na primeira ordem de serviço emitida na contratação.

A SPA argumentou que se viu impedida de emitir ordem de serviço à vencedora da nova licitação e suspendeu o contrato com a empresa, evitando sobreposição de contratos. Como retomou as ordens de serviço dadas à DTA e entendeu que a empresa não cumpriu os termos contratuais, a SPA pediu judicialmente que o contrato então prorrogado fosse cumprido, o que gerou a decisão da 2ª Vara Cível de Santos de que os serviços fossem retomados, sob a pena de multa. A autoridade portuária disse que o pedido ocorreu após reiteradas negativas por parte da empresa de fazer as dragagens solicitadas.

A autoridade portuária não reconhece qualquer dívida com a DTA e afirma que os pleitos administrativos de reequilíbrio estão sendo analisados técnica e juridicamente, o que não configura prerrogativa para que a contratada não dê continuidade à execução contratual. “Os pagamentos pelos serviços prestados estão em dia, no entanto, os serviços da DTA têm sido

feitos com equipamentos inadequados, o que resulta em produtividade abaixo do especificado no contrato”, ressaltou a SPA.

Em nota, a empresa de dragagem afirmou que as ações judiciais promovidas contra a SPA foram no sentido de restabelecer direitos não observados pela autoridade portuária e de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro sofrido pela DTA na execução do contrato de dragagem. A DTA afirmou que a SPA reconhece existir dificuldades internas do processo de gestão para que se alcance uma justa composição por meio amigável. “Neste cenário, a DTA reitera que cumpre o contrato e aguarda, há mais de 12 meses, uma solução para os pleitos de reequilíbrio apresentados”, manifestou a DTA.

A SPA informou que a liminar que suspendeu a multa em caso de descumprimento do contrato até o julgamento definitivo do recurso foi publicada na última quinta-feira (17) e que tomará as medidas judiciais cabíveis para a reforma da decisão. A autoridade portuária nega ter exigido a desmobilização dos equipamentos. De acordo com a SPA, a DTA retirou seus equipamentos do Porto de Santos no último dia 16 de dezembro, à revelia, e antes mesmo do encerramento do contrato administrativamente.

Desabafo

Os reflexos desse impasse foram tratados recentemente em uma teleconferência que contou com a presença de representantes de terminais portuários, da autoridade portuária e do Ministério da Infraestrutura. No vídeo de um trecho dessa reunião que circula nas redes sociais, o diretor de operações portuárias da Santos Brasil, Roberto Teller, falou que é claramente perceptível que o serviço apresentado até o momento foi muito divergente do que a SPA contratou. “A produtividade da DTA nos berços de todos nós é abominável. Não é nem sofrível, é assustadoramente ruim. Não chamo de má vontade. Ela pode estar indo bem com a [draga] hopper no canal. Mas, nos nossos berços, tendo a ficar 4 a 7 dias com berço impedido e, assim como eu, vários dos que estão aqui presentes também”, disse.

Na ocasião, ele defendeu a necessidade de um ‘plano B’ para que as condições operacionais dos terminais não sejam afetadas em futuras contratações. “Se isso não é justificativa para substituição e impedimento dela, então é fundamental que no próximo bid seja contemplado um plano B em que, se ela [empresa vencedora] não conseguir apresentar a produtividade mínima contratada pela SPA, alguma coisa seja feita ou que alguma outra draga venha imediatamente resolver. Até então, nenhuma dragagem feita nos berços é realmente considerada admissível”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/02/2022

ANTAQ APROVA REVISÃO DE TARIFAS DOS PORTOS DE FORTALEZA E ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Fevereiro 2022



Porto de Fortaleza

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou as revisões das tarifas dos portos organizados de Fortaleza (CE) e Itajaí (SC), dentro do novo modelo de padronização tarifária estabelecido pela Agência pela Resolução Antaq nº 61, de 2021.

Porto de Fortaleza

Para o Porto de Fortaleza, foi autorizada uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R\$



84.095.927,86 para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 35% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 30,69%.

Foram autorizados ainda investimentos de R\$ 11,6 milhões da Companhia Docas do Ceará- CDC, destinados à expansão e modernização da infraestrutura comum do porto organizado.

Porto de Itajaí

Já para o Porto de Itajaí, a Agência autorizou uma Receita Tarifária Anual projetada de R\$ 105,2 milhões para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo ao Índice de Reajuste Médio de 23,43% e um Efeito Médio Tarifário de 28,38%.

Em razão dos procedimentos de desestatização para concessão do porto, em curso, não há previsão de investimentos para o Porto de Itajaí.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/02/2022

ANTAQ APROVA REGISTRO DE INSTALAÇÃO DE APOIO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO RIO AMAZONAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Fevereiro 2022

A Antaq aprovou o pedido de registro da Prefeitura de Santarém (PA) para instalação de apoio ao transporte aquaviário de pequeno porte, localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, na comunidade de Santana do Tapará, no município paraense, destinado ao embarque e desembarque de cargas e passageiro.

Também foi concedida a autorização para empresa Mac Laren Oil Logística Portuária e Estaleiros Eireli movimentar, em caráter especial, granéis líquidos (especificamente diesel marítimo) em seu Terminal de Uso Privado (TUP), localizado em Niterói (RJ), pelo prazo máximo de 180 dias.

A permissão visa atender a demanda de movimentações de granéis líquidos por meio de transbordo de bunker (caminhão para barcaça). A carga será recebida por meio rodoviário e transferida às balsas atracadas no terminal.

EBNs

A empresa Mega Logística Transporte por Navegação Ltda., localizada em Belém (PA), também recebeu autorização da Agência para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte na navegação de apoio portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP.

Já a empresa Anna Karoline Transporte de Cargas e Passageiros Eireli, em Santarém (PA), recebeu o aval para operar, por prazo indeterminado, como EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Santarém e Manaus (AM).

A 3D Transportes e Navegação de Apoio Marítimo Ltda, de Natal (RN), foi outra empresa liberada para operar como EBN na prestação de serviços de transporte na navegação de cabotagem, operando exclusivamente com porte bruto inferior a 5.000 TPB.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/02/2022

PORTONAVE E EMBAIXADA ARGENTINA FIRMAM ACORDO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 18 Fevereiro 2022



O Porto de Navegantes firmou acordo de cooperação com a Embaixada da Argentina e com o Consulado da Argentina em Florianópolis. O objetivo é reduzir os custos logísticos de importação e exportação já a partir deste mês de fevereiro. Esse é a primeira parceria bilateral da Portonave em âmbito internacional, uma iniciativa que potencializa os negócios internacionais e fortalece Santa Catarina no segmento portuário.

Em cerimônia virtual, o diretor-superintendente administrativo da Portonave, Osmari de Castilho Ribas, ressalta que o porto é atualmente uma porta de entrada fundamental para viabilizar a comercialização de produtos. “Para nós, é uma grande satisfação firmar esse acordo e estarmos disponíveis para otimizar os custos e para que as transações possam crescer de forma que equilibre toda a cadeia logística”.

O gerente comercial da Portonave, Rodrigo Gomes, complementa, ainda, que a iniciativa é um importante passo para fomentar os negócios entre os países. “As negociações iniciaram em 2021, com isso temos certeza que é um avanço significativo para fomentar novos negócios e oportunidades entre Brasil e Argentina”.

Ao agradecer a parceria e salientar a importância estratégica do Porto de Navegantes, o embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, destaca a expectativa com a nova parceria. “Em 2021, o comércio entre Argentina e Santa Catarina foi de US\$ 2 bilhões. Estou convencido de que, com o acordo que firmamos com a Portonave, os números do comércio bilateral crescerão ainda mais. Agradeço a confiança de vocês nesta associação, que é extremamente importante para as empresas exportadoras argentinas”.

Entre os principais produtos de exportação que passam na Portonave com destino à Argentina, estão partes de acessórios do segmento automotivo, produtos químicos, além de produtos da linha branca*. Na importação, as principais cargas são plásticos, azeite de oliva, vinhos, entre outros.

Também participaram do evento o cônsul da Argentina em Florianópolis, Federico Eugenio Costa, e autoridades do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, da Agência Argentina de Investimentos e Comércio Internacional.

Santa Catarina é o principal destino das cargas Argentinas em contêineres, segundo a Datamar. Já, de acordo a autoridade portuária de Itajaí, o complexo portuário de Itajaí e Navegantes liderou as atividades do setor, com 1,643 milhão de TEUs, 16% mais que em 2020. A Portonave representa 1.125.611 TEUs desse número, 29% a mais que o ano anterior, o que fez a empresa conquistar o maior crescimento de sua história.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/02/2022

TRF-3 SUSPENDE MULTA DIÁRIA DE R\$ 100 MIL FIXADA À DTA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 17 Fevereiro 2022



Arquivo/Divulgação SPA

SPA relatou que, por duas vezes em menos de 10 dias, empresa deixou de realizar serviços de dragagem, mesmo após Justiça manter prorrogação de contrato, a qual autoridade portuária considera encerrado desde o começo do ano.

A Justiça suspendeu temporariamente, na última quarta-feira



(16), a multa diária no valor de R\$ 100 mil fixada contra a DTA Engenharia, caso a empresa não retomasse a dragagem de manutenção de berços de atracação do Porto de Santos (SP). O efeito suspensivo concedido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) impede a aplicação de multas até a apresentação de novas provas no prazo legal. A empresa de dragagem entrou com recurso por considerar que a Santos Port Authority (SPA) encerrou o contrato antes do prazo previsto, exigindo 'arbitrariamente' a desmobilização dos equipamentos e cancelando todas as ordens de serviço.

Procurada pela Portos e Navios, a SPA informou que, na última quarta-feira (16), pela segunda vez em menos de 10 dias, a DTA deixou de realizar os serviços de dragagem de berços de atracação por quebra de seus equipamentos. Segundo a autoridade portuária, a empresa alegou um problema de vazamento no torque do clamshell, que foi substituído recentemente. "As duas ocorrências se deram após a empresa apenas reiniciar os trabalhos de dragagem de berços em 04/02, mesmo depois de decisão judicial que manteve a prorrogação do contrato da DTA cuja vigência administrativa foi encerrada em 08/01", afirmou a SPA em nota.

A autoridade portuária acrescentou que, apesar da decisão judicial favorável a seu pedido de prorrogação contratual, a DTA negou-se a iniciar os trabalhos imediatamente após o seu deferimento, sendo que a empresa posicionou equipamento no berço do TGG, localizado na margem esquerda do porto, somente após decisão que estipulava multa diária de R\$ 100 mil caso não cumprisse o contrato. A SPA relatou que, quatro dias depois, em 8 de fevereiro, a SPA paralisou os serviços por necessidade de reparos no equipamento. De acordo com a autoridade portuária, o berço foi disponibilizado para que o terminal recebesse navios e, desde então, a contratada perdeu as janelas de atracação disponíveis para o equipamento entrar no berço daquele terminal, postergando a recuperação do calado de projeto do berço.

A SPA disse ainda que não é a única a apontar que os serviços da DTA têm sido feitos com equipamentos inadequados, o que resulta em produtividade abaixo da preconizada em contrato, afetando o Porto de Santos e, em última análise, o comércio exterior brasileiro. A autoridade portuária destacou que os operadores sofrem com o aumento dos prazos previstos de paralisação das operações nos berços e se queixam que o serviço programado de dragagem não está sendo realizado conforme planejado. "Tal situação provoca pressão sobre os terminais por conta dos prazos para embarque da safra. Em relatos feitos à SPA, arrendatários classificam a produtividade da DTA nos berços de atracação do porto como 'abominável' e 'assustadoramente ruim' e destacam que, dado que o serviço programado não está sendo realizado, 'a situação se agrava'", salientou a SPA.

A SPA manifestou ainda que, mais de 30 dias da decisão judicial do TRF-3 que manteve a prorrogação do contrato, a DTA deixou de finalizar a dragagem dos berços com perdas de calado e, nos últimos dias, vem reiteradamente se negando a realizar a dragagem do canal até que a SPA pague nova mobilização dos equipamentos. A autoridade portuária entende que essa cobrança não tem qualquer previsão contratual, sendo um ato abusivo frente às obrigações contratuais e ante o próprio pedido de prorrogação contratual em ação judicial ajuizada desde o último dia 15 de dezembro.

A SPA também ressaltou que a DTA informou que havia retirado os equipamentos do Porto de Santos no dia 16 de dezembro à revelia da autoridade portuária, antes do encerramento do contrato administrativamente e um dia depois do ajuizamento de seu pleito de prorrogação do contrato. "Em que pese o mau serviço prestado pela DTA, a SPA não mede esforços para ofertar ao Porto de Santos a adequada oferta de serviços de dragagem, agindo com diligência nas frentes técnica, administrativa e judicial, considerando a essencialidade e a necessidade atual do serviço", concluiu a SPA.

A DTA manifestou ter se surpreendido com a penalidade solicitada pela SPA à Justiça no momento em que se preparava para retomar as atividades. Para a DTA, o impasse envolvendo a dragagem começou quando a autoridade portuária deixou de honrar compromissos contratuais,

gerando uma dívida milionária. A empresa afirmou que, mesmo diante dos prejuízos, segue mantendo a segurança da navegação do maior porto da América Latina. A empresa de dragagem entendeu que o parecer do desembargador deixou claro que a SPA induziu o judiciário a uma decisão equivocada.

A DTA destacou que, recentemente, os desembargadores da 6ª turma do TRF-3 concordaram com a manutenção do contrato de dragagem da DTA em Santos até 28 de abril deste ano. O entendimento da empresa de dragagem é que a vigência contratual é de 24 meses, prorrogáveis até 60 meses a partir da ordem de serviço. A SPA defende que o contrato deveria ser encerrado em 8 de janeiro, dois anos após a sua assinatura. A Justiça entendeu que o prazo deveria ser contado a partir da assinatura da ordem de serviço, que aconteceu em 28 de abril de 2020. A DTA questiona ainda porque, nesse intervalo, a autoridade portuária chegou a cancelar o contrato firmado com ela, obrigando-a a desmobilizar seus equipamentos, abrindo nova licitação e contratando outra empresa por R\$100 milhões a mais.

Leia também:

Van Oord ofereceu melhor proposta em concorrência para dragagem em Santos

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/van-oord-ofereceu-melhor-proposta-em-concorrancia-para-dragagem-em-santos>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/02/2022

LOCAÇÃO DO INHAÚMA PODE ATRAIR INTERESSADOS EM ATIVIDADES DE DESMANTELAMENTO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 17 Fevereiro 2022



Estaleiro é objeto de licitação aberta pela Petrobras até 4 de março. Agentes acreditam que certame pode atrair players nacionais e estrangeiros, mas avaliam que existem poucos detalhes sobre condições do ativo.

A Petrobras abriu licitação para locação do Estaleiro Inhaúma, localizado no bairro do Caju, no Rio de Janeiro (RJ). O estaleiro conta com dois diques, um deles considerado um dos maiores da América Latina e outro que eventualmente pode ser utilizado para serviços de reparo. Fontes ouvidas pela Portos e Navios acreditam que a concorrência pode reunir empresas nacionais e estrangeiras interessadas no ativo. Elas consideram que a estrutura do estaleiro em si é um ativo interessante para serviços de desmantelamento de plataformas e desmonte de navios.

A avaliação, no entanto, é que ainda existem poucos detalhes sobre a finalidade de exploração dessa locação e sobre as atuais condições estruturais e de equipamentos do estaleiro, que está há mais de cinco anos sem atividades de grande porte. Há dúvidas de agentes do setor, por exemplo, se haverá necessidade do vencedor realizar algum tipo de obra de melhorias ou manutenção de equipamentos para conseguir operar.

O prazo da licitação termina no próximo dia 4 de março. De acordo com as regras do certame, não será permitida a participação neste processo de contratação de sociedades organizadas sob a forma de consórcio. O edital prevê a participação de proponentes nacionais ou estrangeiros que estejam autorizados a atuar no Brasil. O critério de julgamento será a maior oferta de preço, conforme definido no portal Petronect. O estaleiro possui área de 321.612 metros quadrados e está em posse da Petrobras. O empreendimento pertence à Companhia Brasileira de Diques, que arrendou o estaleiro à Petrobras até 2031, com possibilidade de renovação por mais 10 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/02/2022



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 022/2022
Página 43 de 43
Data: 18/02/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006